



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA
CAMPUS BRASÍLIA**



**INSTITUTO FEDERAL
BRASÍLIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

**EIXO TECNOLÓGICO:
GESTÃO E NEGÓCIOS**

**BRASÍLIA-DF
2013**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | Reitoria

SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70860-100

Fone/Fax: +55 (61) 2103-2154

GESTORES DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Reitor: Wilson Conciani

Pró-Reitor de Ensino: Adílson César de Araújo

Coordenadora Geral de Graduação: Hellen Cristina Cavalcante Amorim

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Luciana Miyoko Massukado

Pró-Reitora de Extensão: Giano Luis Copetti

Diretor-Geral do Campus Brasília: Gustavo Filice de Barros

Coordenador de Área dos Cursos em Gestão Pública: Philippe Tshimanga
Kabutakapua

Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública: Magno Alves de
Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | Reitoria

SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70860-100

Fone/Fax: +55 (61) 2103-2154

*COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA*

Instituída pela portaria IFB/Reitoria nº , de de 2013.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Professor Dr Philippe Tshimanga Kabutakapua

Professora Dra Daniela Fantoni Alvares

Professor Dr Magno Alves de Oliveira

Professora Dra Paula Petracco

Professora Ms Kátia Guimarães Souza Palomo

PROFESSORES COLABORADORES

Professor Ms Ailton Bispo dos Santos Junior

Professor Esp André Luiz Dias

Professor Antônio de Alvarenga Grossi

Professora Ms Cristiane Jorge de Lima Bonfim

Professora Ms Denise Gomes de Moura

Professor Ms Glauco Vaz Feijó

Professor Esp Guilherme Capistrano dos S. Stanzani

Professor Esp Guilherme Cardoso Miranda

Professora Ms Jaqueline da Silva Thomazine

Professora Ms Michelle Silva de Oliveira

Professora Ms Neli Teresinha da Silva

Professora Ms Patrícia Albuquerque de Lima

Professor Ms Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Professor Esp Robson Bastos Roen

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | Reitoria

SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70860-100

Fone/Fax: +55 (61) 2103-2154

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
1. Identificação da Instituição e do Curso.....	5
1.1. Dados de Identificação do Curso	6
2. Histórico.....	7
2.1 Caracterização da Região	7
2.2 Da Instituição	16
2.3 Do Curso.....	17
3. Justificativa da Oferta do Curso	18
4. Objetivos do Curso	22
4.1. Objetivo Geral	22
4.2. Objetivos Específicos	24
5. Requisitos e Forma de Acesso	24
5.1. Público Alvo.....	24
5.2. Forma de Acesso	24
6. Perfil Profissional do Egresso	16
6.1.Competências gerais deste profissional.....	17
7. Campo de Atuação Profissional do Egresso	25
8. Concepções e Princípios Pedagógicos.....	28
8.1. Fundamentos Legais.....	28
9. Organização Curricular.....	30
9.1. Princípios Norteadores da Organização Curricular	30
9.2. Estrutura Curricular	31
9.2.1. Núcleos de Formação que estruturam o Curso	31
9.3. Fluxo de Disciplinas.....	33
9.3.1 Disciplinas Optativas	35

9.4. Sistema Acadêmico, Duração e Número de Vagas.....	35
9.5. Carga horária total do curso.....	36
9.6. Trabalho de Conclusão de Curso	36
9.7. Atividades Complementares	37
9.8. Estágio Curricular Supervisionado.....	39
9.9. Aproveitamento de Estudos	41
10. Procedimentos de Avaliação.....	43
10.1. Sistemática da Avaliação	44
11. Instalações e Equipamentos	46
12. Corpo Docente e Técnico Administrativo	48
12.1. Coordenação do Curso	48
12.1.1. Atribuições	48
12.2. Colegiado do Curso	49
12.1.1. Constituição	49
12.1.2. Atribuições	50
12.3. Perfil Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública	52
12.4. Perfil Técnico-Administrativo.....	54
13. Diplomas	55
14. Avaliação do Projeto Pedagógico de Curso	56
15. Acompanhamento dos Egressos.....	58
Referências	59
Anexo I	61
Anexo II	111

APRESENTAÇÃO

O presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC) constitui-se no instrumento orientador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, que será ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, a partir do segundo semestre de 2012. Encontram-se nele todos os elementos pedagógicos que garantem o pleno funcionamento do curso proposto.

A metodologia de elaboração constituiu-se de reuniões semanais complementadas com trabalhos individuais e grupais que foram desenvolvidos durante o intervalo de tempo entre as mesmas. Neste processo, toda a equipe teve efetiva participação na elaboração do documento como um todo.

Por tudo o que foi exposto, acredita-se ter sido elaborado um documento orientador alicerçado em bases firmes, capaz de garantir a realização de um curso de qualidade, comprometido com os propósitos e os ideais do IFB.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DO CURSO

Mantenedora Ministério da Educação

Nome de Fantasia MEC

CNPJ 00.394.445/0124-52

Instituição Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

CNPJ 10.791.831/0001-82

Razão Social Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília

Nome de Fantasia IFB

Campus Brasília

Esfera Administrativa Federal

Categoria Pública Federal

Endereço SGAN 610, Módulos D, E, F e G

Cidade Brasília / **UF** DF / **CEP** 70860-100

Telefone (61) 2193-8050

Fax (61) 2103-2154

E-mail de contato reitoria@ifb.edu.br

Sítio do campus www.ifb.edu.br

1.1. Dados de Identificação do Curso

1. Denominação: Curso Superior de Tecnologia em Gestão pública
2. Área de conhecimento: Gestão e Negócios
3. Nível Graduação: Graduação Tecnológica
4. Modalidade: Presencial
5. Habilitação ou ênfase: Tecnólogo em Gestão Pública
6. Titulação: Graduação
7. Carga Hora-Aula Parcial: 2.160
8. Carga Hora-Aula Total: 2.500
9. Estágio Curricular Supervisionado: 180 h/a
10. Atividades Complementares: 60 h/a
11. Período de Integralização: mínimo de 3 anos; e máximo de 6 anos
12. Forma de Acesso Processo Seletivo: ENEM/SISU.
13. Número de Vagas por turno de oferta: 45
14. Turno: Vespertino e Noturno
15. Regime de Matrícula: Seriado
16. Periodicidade Letiva: Semestral
17. Processo de autorização 23098.000349/2012-57 - autorizado pela Resolução IFB nº 020 /2012.

2. HISTÓRICO

2.1 Caracterização da Região

Para as Regiões Administrativas consideradas na análise do *Campus Brasília* (Plano Piloto, Cruzeiro, Candangolândia, Sudoeste/Octogonal, Lago Sul, Lago Norte, Park Way, Varjão, SIA e Núcleo Bandeirante) observa-se a população residente exercendo atividades econômicas relacionadas à administração federal, ao comércio à administração do GDF aparecem em destaque, com percentuais de 22%, 14% e 13%, respectivamente, da população total destas regiões.

O Distrito Federal está constituído em 30 Regiões Administrativas. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/2007 propõe a regionalização do território do DF pela agregação de regiões administrativas, em sete Unidades de Planejamento Territorial, denominadas de: Central, Central-Adjacente1, Central Adjacente 2, Oeste, Norte, Sul e Leste.

O *Campus Brasília* encontra-se na Unidade de Planejamento Territorial Central que envolve as Regiões Administrativas do Plano Piloto – RA I, Cruzeiro – RA XI, Candangolândia – RA XIX e Sudoeste/Octogonal – RA XXII.

Nesta sessão, apresentaremos as características da cidade de Brasília e cidades circunvizinhas, bem como as cidades do entorno que serão beneficiadas pelos cursos do *Campus Brasília*.

2.1.1 Brasília ¹

A primeira idéia para a construção de Brasília data de 1823, quando o José Bonifácio de Andrade e Silva, Patriarca da Independência, propôs a criação de uma nova capital no interior do Brasil como forma de garantir a segurança do país.

No ano de 1892, foi nomeada uma Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, para realizar um levantamento sobre topografia, clima, geologia, flora, fauna e recursos materiais da região do Planalto Central.

Somente em 1955 foi delimitada uma área de 50 mil quilômetros quadrados – onde se localiza o atual Distrito Federal, com o início da construção em abril de 1956, no comando do então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

No dia 21 de abril de 1960, a estrutura básica da cidade estava edificada, sendo então inaugurada Brasília. Os candangos (nome dado aos primeiros habitantes da nova cidade) comemoram ao lado de Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro, Lúcio Costa e Juscelino Kubitschek, principais responsáveis pela construção.

Com a finalidade de facilitar a administração do Distrito Federal, em 1964 o território foi subdividido em oito Regiões Administrativas (RA's): Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá e Núcleo Bandeirante. Cada uma delas com um administrador nomeado pelo então prefeito. Com a evolução da ocupação habitacional, por meio do Decreto nº 11.921 de 1989, procedeu-se uma nova divisão com a criação de mais quatro RA's: Ceilândia, Guará, Cruzeiro e Samambaia. Em 1993, mais quatro RA's foram criadas: Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo. Já em 1994, outras três RA's surgiram: Lago Norte, Lago Sul e Candangolândia.

Mais recentemente foram criadas mais sete RA's: Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/Octogonal, Varjão, Park Way, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA e Sobradinho II, Jardim Botânico e Itapoã. Ao todo o Distrito

¹ Sítio: <http://www.brasilia.df.gov.br> - acessado em 03/02/2009.

Federal comporta 28 RA's atualmente, cada uma com um Administrador Regional, nomeado pelo governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região.

Atualmente Brasília (RA I) é formada pela Asa Norte, Asa Sul, Setor Militar Urbano, Setor de Garagens e Oficinas, Setor de Indústrias Gráficas, Área de Camping, Eixo Monumental, Esplanada dos Ministérios, Setor de Embaixadas Sul e Norte, Vila Planalto, Granja do Torto, Vila Telebrasil, Setor de áreas Isoladas Norte, sediando ainda os três poderes da República: Executivo, Legislativo e Judiciário.

No dia 07 de dezembro de 1987, Brasília foi tombada pela UNESCO como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, sendo o único monumento arquitetônico com menos de cem anos a receber este título.

2.1.2 Lago Norte²

A história do Lago Norte está relacionada à criação do Lago Paranoá, lago artificial criado devido às necessidades climáticas de Brasília, ao redor do qual se formou a Península Norte.

A NOVACAP montou então um projeto de urbanização com o intuito de povoar a Península. Na primeira fase, a região era composta pelo Setor de Habitação Individual Norte – SHIN e pelo Setor de Mansões do Lago. De forma natural, os setores de habitação e de Mansões da Península Norte foram urbanizados e os moradores passaram a se referir ao local simplesmente como Lago Norte.

Dessa denominação, originou-se o nome da Região Administrativa do Lago Norte, criada em 10 de janeiro de 1994, pela Lei nº 641/94.

² Sítio: <http://www.lagonorte.df.gov.br/> - Acessado em: 03/02/2009.

A Região caracteriza-se, principalmente, como área habitacional preservando sua característica inicial, onde o comércio e outras atividades estão concentrados no Canteiro Central e Centro de Atividades.

Atualmente é formada pelo Setor de Mansões do Lago – SML, Setor de Habitação Individual Norte – SHIN e Área Comercial.

2.1.3 Lago Sul³

Chamada de Setor de Habitações Individuais Sul – SHIS, o Lago Sul teve início em 1957 com a construção de casas para os engenheiros da CCBE (Companhia Construtora Brasileira de Estradas) que colaboraram na construção de Brasília.

A Base Aérea de Brasília foi edificada no Lago Sul, em 1958, a fim de auxiliar na implantação da capital. Outras construções foram executadas: a Ermida Dom Bosco (1956), O Seminário Nossa Senhora de Fátima (1962), Centro Comercial Gilberto Salomão (1968), Cine Espacial (1970), 1ª ponte – Ponte das Garças (1978), valorizando o local.

A Região Administrativa do Lago Sul – R A XVI iniciou com a Lei nº 643 (10/01/94). Atualmente abrange o Setor de Habitações Individuais Sul, o Setor de Mansões Urbanas Dom Bosco, o Setor de Estaleiro Sul, a Base Aérea de Brasília e o Aeroporto Internacional de Brasília. Fazem parte também as áreas de preservação ambiental: APA das Bacias dos Córregos Gama e Cabeça do Veado; ÁRIEs do Cerradão; dos Córregos Capetinga-Taquara e do Setor Habitacional Dom Bosco; Jardim Botânico de Brasília, a Estação Ecológica do Jardim Botânico e a Reserva Ecológica do IBGE; e os parques: Garça Branca; Canjerana e Copaíbas.

O Lago Sul está inserido em duas Áreas de Proteção Ambiental (APA): a APA Gama Cabeça de Veado e a APA do Lago Paranoá, abrangendo parques ecológicos e

³ Sítio: <http://www.lagosul.df.gov.br/> - Acessado em: 03/02/2009.

unidades de conservação. Sendo eles: Parque Ecológico do Anfiteatro Natural do Lago Sul; Parque Garça Branca; Santuário Ecológico Canjerana; Parque das Copaibas; Parque Bernardo Sayão; Parque da Ermida Dom Bosco; Parque Península Sul; ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) do Riacho Fundo; ARIE do Bosque; ARIE do Cerradão; ARIE do Paranoá Sul; Estações Ecológicas do Jardim Botânico; Reserva Ecológica do IBGE e Fazenda Água Limpa da Universidade de Brasília.

2.1.4 Cruzeiro⁴

O Cruzeiro é formado por parte das terras da antiga Fazenda Bananal, desapropriada para sediar a nova capital que seria construída. Concebido como parte do Plano Piloto e destinado à moradia dos funcionários de diversos órgãos federais, o Cruzeiro tem como data de fundação o dia 30 de novembro de 1959, quando foi celebrada a primeira missa no local. Este foi também o primeiro evento social do bairro que cresceu e tornou-se a Região Administrativa XI.

A linha de ônibus que passou a servir a localidade recebeu a denominação de Cruzeiro, aludindo ao marco da primeira missa de Brasília, erguido no ponto mais alto do Eixo Monumental, próximo ao Palácio do Buriti.

A equipe do Lúcio Costa foi responsável pelo projeto urbanístico da cidade e pelo nome Setor de Residências Econômicas Sul – SRE/S (Cruzeiro Velho). Os primeiros moradores não se acostumaram com a sigla e começaram a denominar a cidade por “Cemitério” e posteriormente “Bairro do Gavião”. Em razão da insatisfação da população com o nome, em 1960 a região passou a ser denominado Cruzeiro, graças à proximidade da Cruz onde foi celebrada a primeira missa e, ainda, devido ao nome da linha de ônibus.

Em fins da década de sessenta, os primeiros blocos do setor vizinho ao SRE/S começaram a ser habitados por funcionários do GDF e da iniciativa privada, dando nova formação ao desenho urbano e foi logo apelidado de Cruzeiro Novo. No decênio seguinte, implantada a Área Octogonal Sul, o setor ganha uma nova configuração.

⁴ Coletânea de Informações Socioeconômicas – RA XI – Cruzeiro ⁽²⁰⁰⁶⁾.

Concebido em 1988, pelo projeto Brasília Revisitada, o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste - SHCSW foi criado em 1989.

A Lei nº 49/89 e o Decreto nº 11.921/89, de 25/10/89 determinam a criação e fixa os limites da Região Administrativa Cruzeiro - RA XI, por desmembramento da RA I – Brasília.

Em 06 de maio de 2003, uma nova configuração é dada ao Cruzeiro, que por desmembramento de área, perde os Setores Sudoeste/Octogonal, a partir da publicação da Lei de nº 3.153 que os eleva à categoria de Região Administrativa XXII.

2.1.5 Varjão⁵

Na década de 60, dá-se o início do povoamento da Vila Varjão com a chegada das primeiras famílias que vieram desenvolver atividades agrícolas. No começo dos anos 70, segundo informações de antigos moradores, a pessoa que detinha a posse da área resolveu implementar uma divisão das terras entre seus empregados, embora a terra fosse de propriedade do Governo do Distrito Federal e administrada pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.

A partir de então, novas divisões foram realizadas e os lotes distribuídos entre parentes próximos e amigos de forma irregular e desordenada, principalmente entre 1977 e 1982. Em 1984 foi realizado o primeiro estudo para fixação da população no local.

No início dos anos 90, o Governo do Distrito Federal – GDF assinou o Decreto nº 13.132, de 19 de janeiro de 1991, que fixava a população no local, determinando a elaboração de um projeto urbanístico para a implantação definitiva do Varjão.

⁵ Coletânea de Informações Socioeconômicas – RA XXIII – Varjão⁽²⁰⁰⁶⁾.

Com base na ocupação original da área e visando preservar as características iniciais da vila, o projeto baseou-se na configuração física existente e nas atividades urbanas já consolidadas.

Em 1997, com o objetivo de regularizar a situação fundiária de toda a área da Vila e, em atendimento às exigências ambientais o Governo do Distrito Federal encomendou um novo projeto urbanístico e um Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, no qual está prevista a revisão do Projeto Urbanístico e ressalta a necessidade de adensamento da Vila com proposta de implantação de novas quadras e incorporação de novas glebas a serem parceladas.

Inserida até então no espaço geográfico da Região Administrativa do Lago Norte, em 06 de maio de 2003, por força da Lei nº 3.153, a Vila Varjão foi, por desmembramento de área, elevada à categoria de Região Administrativa passando a constituir a RA XXIII do Distrito Federal.

2.1.6 Núcleo Bandeirante⁶

Surgiu em 1956, sem concepção urbanística, com o nome de “Cidade Livre”, onde era permitido não só residir como também negociar, com isenção de tributação.

Foi criada pelos candangos-trabalhadores que construíram Brasília e que resolveram morar perto da cidade. Como o núcleo habitacional seria provisório, os lotes eram emprestados gratuitamente em forma de comodato aos interessados até a data da inauguração de Brasília.

Para atender às necessidades dos moradores que ali passaram a viver, surgiram muitas casas de comércio, hotéis, farmácias, restaurantes, etc.

⁶ Coletânea de Informações Socioeconômicas – RA VIII – Núcleo Bandeirante⁽²⁰⁰⁶⁾.

Com a inauguração da capital em 1960, os contratos de comodato foram cancelados e os comerciantes da Cidade Livre foram transferidos para a Asa Norte de Brasília.

Os terrenos desocupados pelos comerciantes foram invadidos por famílias de baixa renda, que ali construíram suas casas, aumentando ainda mais o número de habitantes da cidade.

Insatisfeitos com o plano do governo de desativar o núcleo habitacional, os habitantes fizeram um movimento pedindo a fixação definitiva da “Cidade Livre”. O governo atendeu ao pedido e em dezembro de 1961, criou oficialmente a cidade, com o nome de Núcleo Bandeirante, fazendo parte da Região Administrativa I – Brasília.

Hoje, a cidade do Núcleo Bandeirante é a sede da Administração Regional que foi criada em 1989, como a RA VIII, pela Lei n.º 49/89 e o Decreto n.º 11921/89. A região é formada de áreas urbana e rural. A área urbana é composta pela cidade do Núcleo Bandeirante, Vila Metropolitana, Setor de Clubes e Vila Nova Divinéia. A área rural é formada pela Agrovila Vargem Bonita, Colônia Agrícola Núcleo Bandeirante I e II e Área Isolada Vargem Bonita.

2.1.7 Sudoeste/Octogonal

Em 6 de maio de 2003 a Lei de nº 3.153 cria a Região Administrativa XXII – Sudoeste/Octogonal, por desmembramento da área da RA XI Cruzeiro. As Áreas Octogonais foram inauguradas na década de 80, enquanto o Setor de Habitações Coletivas Sudoeste - SHCSW foi concebido em 1988, como parte integrante do projeto “Brasília Revisitada”, do urbanista Lúcio Costa e, criado em julho de 1989, constituindo uma alternativa de moradia para a população de alto e médio poder aquisitivo.

De formação essencialmente urbana, a RA contém além das áreas residenciais e setores comerciais, as quadras mistas, o Hospital das Forças Armadas e o Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. A região está situada próxima ao Parque da Cidade e dispõe de ampla e diversificada atividade comercial – supermercados, gastronomia, saúde, moda, estética, entre outros, além de instituições de ensino e sociais. As

quadras residenciais contam com vários espaços públicos destinados ao lazer e entretenimento, bem equipados e conservados.

2.1.8 Park Way⁷

A criação do loteamento das Mansões Suburbanas Park Way (MSPW) foi incluída no Plano Urbanístico de Brasília, em uma das suas últimas alterações em 1957/58.

Com lotes iniciais de 20.000 m² o SMPW foi concebido para ser implantado por partes, tendo sido registradas, inicialmente, as áreas destinadas ao uso residencial.

Em dezembro de 1999 o Governador do Distrito Federal enviou à Câmara Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 451/99 que permite ao poder executivo o parcelamento das áreas verdes do Setor de Mansões Park Way com lotes de uso residencial, coletivo e de bens e serviços.

O Setor de Mansões Park Way fazia parte da Região Administrativa VIII – Núcleo Bandeirante até 2003 quando por meio da Lei nº 3.153 de 29/12/2003 passou a ser a Região Administrativa XXIV, sendo que os limites das duas Regiões ainda não estão definidos.

2.1.9 Candangolândia⁸

Em 1956, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP - responsável pela construção de Brasília, veio para a região do Distrito Federal tomar as primeiras providências. Como os funcionários precisavam ficar alojados com suas

⁷ Coletânea de Informações Socioeconômicas – RA XXIV – Park Way ⁽²⁰⁰⁶⁾.

⁸ Coletânea de Informações Socioeconômicas – RA XIX – Candangolândia ⁽²⁰⁰⁶⁾.

famílias, próximo ao local onde seria erguida a cidade, foi construído o primeiro acampamento oficial de Brasília, nas terras onde hoje está localizada a Candangolândia.

Após a construção de Brasília, quase todos os habitantes do acampamento mudaram-se para a nova capital. No local permaneceram aqueles que resolveram fazer daquela região sua nova terra.

Em atendimento ao programa de descentralização do Governo do Distrito Federal, Candangolândia foi desmembrada do Núcleo Bandeirante sendo criada em janeiro de 1994, pela Lei no 658/94 e o Decreto no 15.513/94 a RA XIX.

O nome da região é uma homenagem aos pioneiros de Brasília, que são chamados de candangos.

A região é formada apenas de área urbana, sendo que grande parte é ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília.

2.2. Da Instituição

O histórico da implantação e desenvolvimento da instituição se associa à história da rede de educação profissional, científica e tecnológica. Em 1909, Nilo Peçanha, então presidente da República, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Numa sucessão de mudanças, em 1941 as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser chamadas de Liceu Industrial e no mesmo ano para Escolas Industriais ou Escolas Técnicas. Entre 1959 e 1965 passam para Escolas Industriais Federais. Em 1968 assumem a denominação de Escolas Técnicas Federais (ETF). Entre 1978 e 2001 as Escolas Técnicas Federais passam individualmente para Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET).

Após o nascimento das escolas profissionalizantes industriais, foram criadas 20 Escolas Agrícolas no País, entre os anos de 1910 e 1929, muitas delas extintas atualmente. A história da Escola Técnica de Brasília começa em 17 de fevereiro de 1959 pelo Plano de Metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. É inaugurada em 21 de abril de 1962, sob a denominação de Escola Agrotécnica de Brasília, com o objetivo de ministrar cursos regulares dos antigos Ginásio e Colegial Agrícola. Após anos de funcionamento e mudanças legislativas, a Escola Técnica de Brasília foi transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília ou Instituto Federal de Brasília (IFB), pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo incorporado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Vinculada ao Ministério da Educação (MEC), a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta pela associação dos Institutos Federais, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, dos CEFET de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e das Escolas Técnicas Vinculadas as Universidades Federais.

2.3. Do Curso

No Brasil, **tecnólogo** é o profissional de nível superior que tenha formação em um curso superior de tecnologia

Essa modalidade de graduação visa formar profissionais para atender campos específicos do mercado de trabalho. Seu formato, portanto, é mais compacto, com duração média menor que a dos cursos de graduação tradicionais. Por ser um profissional de nível superior, os tecnólogos podem dar continuidade a seus estudos cursando a pós-graduação *stricto sensu*, [mestrado](#) e doutorado e *lato sensu*, especialização.

Além disso, podem se candidatar a cargos públicos e privados em que a exigência seja ter o nível superior completo.

As primeiras experiências de cursos superiores de tecnologia surgiram, no âmbito do sistema federal de ensino e do setor privado e público, em São Paulo, no final dos anos 60 e início dos anos 70.

O primeiro curso superior de tecnologia a funcionar no Brasil, em 1969, foi o de Construção Civil, nas modalidades: Edifícios, Obras Hidráulicas e Pavimentação da FATEC em São Paulo, reconhecido pelo MEC em 1973.

Os cursos de formação de tecnólogos passaram por uma fase de crescimento durante os anos 70. Em 1979, o MEC mudou sua política de estímulo à criação de cursos de formação de tecnólogos nas instituições públicas federais e a partir dos anos 80 esses cursos foram extintos.

A partir de 1998 os cursos superiores de tecnologia ressurgiram, com nova legislação, como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas da sociedade brasileira.

A Criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública atende as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia - Resolução CNE/CP nº3/2002, o Parecer CNE/CES nº 436/2001, o Parecer CNE/CES nº 277/2006 e o Catalogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – Portaria nº 12/2006.

3. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Tendo como foco a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias, procurando responder de forma ágil e eficaz às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) busca, historicamente, ampliar a oferta de formação profissional e tecnológica, melhorar a qualidade do ensino, incrementar a integração com a comunidade e consolidar sua marca, entre outros objetivos, levando em consideração valores como educação como bem público de qualidade, formação crítica, gestão democrática e participativa, respeito à diversidade, inovação, empreendedorismo e cooperativismo, desenvolvimento sustentável, otimização de recursos públicos.

O modelo de gestão vigente em muitas organizações públicas tem-se mostrado cada vez mais limitado diante da complexidade das atividades desenvolvidas, especialmente aquelas direcionadas para atender as demandas de caráter social. Dentro desse contexto, fazem-se necessárias ações que busquem o aperfeiçoamento do modelo, considerando as peculiaridades que envolvem a produção de bens e a prestação de serviços públicos.

A incorporação contínua de novas tecnologias e a busca por maior qualidade nos serviços demanda uma Administração voltada para resultados, cujo objetivo básico não é produzir números, mas, sim, melhorar desempenho. Nesta linha, privilegiou-se um curso voltado para a inovação administrativa com ênfase na gestão do desempenho.

Medidas de natureza gerencial são necessárias, seja por meio de melhoria nas formas de ação do Estado, seja por meio do uso de instrumentos gerenciais mais adequados, possibilitando um aumento da eficiência e da eficácia no seu desempenho, ou, ainda, por meio da mudança de comportamento de seus recursos humanos. Estas medidas têm a vantagem de poder ser aplicadas no curto prazo e de dependerem, na maioria dos casos, da iniciativa dos próprios dirigentes institucionais.

Para tanto, um dos pilares de sustentação desse processo é a capacitação, especialmente em nível superior, de profissionais que atuam ou que pretendem atuar em instituições públicas, onde em grande parte, há carência de servidores com formação em administração pública.

De maneira complementar, Abrúcio (2007) afirma que um dos eixos norteadores da profissionalização diz respeito ao aumento de investimentos em capacitação dos servidores públicos. Para ele, essa capacitação deve estar vinculada a um projeto mais amplo e integrado de modernização da administração pública. Esse autor também afirma que considerando as enormes desigualdades do Brasil, a União terá de ser indutora e parceira dos estados e municípios neste processo de remodelagem da burocracia.

Ciente deste contexto, o Governo Federal tem empreendido ações no intuito de capacitar cidadãos para atender ao perfil de gestor público demandado pelo Estado, destacando-se nessa linha, o Programa de Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública no Brasil e o Programa Nacional de Administração Pública. Tais ações corroboram o esforço estatal em preparar profissionais para desempenhar a função pública de maneira efetiva.

Convergindo nesta mesma linha, Audiência Pública realizada por este IFB aos 10 dias do mês de março do ano de 2009 para definir os cursos a serem oferecidos pelo Campus de Brasília, apontou cursos de Gestão Pública entre as áreas de formação prioritárias.

Foi levando em conta o cenário descrito, as demandas do mercado de trabalho e o perfil socioeconômico da região, que o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), passou a considerar a oferta de um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na expectativa de permitir o amplo acesso de jovens e adultos à uma educação de qualidade nesta área.

Brasília, cidade onde está inserido este Instituto, tem grande destaque em matéria de empregabilidade no setor público. Parte considerável de sua população economicamente ativa ocupa cargos públicos e muitas vagas de emprego são preenchidas constantemente nesse setor. As pesquisas socioeconômicas conduzidas por órgãos oficiais comprovam algumas características peculiares da atividade econômica da cidade, quais sejam: renda elevada da população, alto nível de formalização do trabalho, pouca expressividade dos setores agropecuário e industrial e a forte presença da administração pública e do setor de serviços.

A magnitude do papel do Estado na economia local pode ser verificada ainda no produto interno bruto deste ente federado. O PIB-DF de 2009, divulgado pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal em parceria com o IBGE, aponta a cifra de R\$131,5 bilhões como resultado da economia local, dos quais 55,4% referem-se a contribuição direta da Administração Pública. Além disso, dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal de 2010 apontam que governo é o empregador de cerca de 22,33% da população ocupada.

Observa-se ainda que parte significativa do setor privado tem nos órgãos distritais e federais, relevantes clientes e consumidores de seus produtos e serviços. Nesta região, também é possível verificar o fortalecimento das relações entre o Terceiro Setor e a Administração Pública nas duas últimas décadas. Fato que pode ser explicado, em grande medida, pelo fomento estatal à organizações não governamentais e sem fins lucrativos, verificado nas ações de **publicização** de serviços públicos. Neste contexto, percebe-se que profissionais com sólida formação em gestão pública, possuem

oportunidades de emprego não apenas na máquina pública, mas também em seus parceiros locais.

Dentre as opções de educação profissional ofertadas neste *campus* Brasília, o eixo Gestão e Negócios, tem sido representado em diferentes níveis, por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada em Auxiliar Administrativo e de Técnico em Serviços Públicos Subsequente ao Ensino Médio. A partir da oferta de um curso de graduação nesta grande área, o eixo avança rumo à verticalização, atendendo ao perfil e necessidades demandado pela localidade onde está inserido e ainda, contemplando demandas de regiões circunvizinhas, por suas semelhantes características sociais, econômicas e políticas.

Ao ofertar este CST em Gestão Pública, o IFB vem contribuir para a formação de recursos humanos com competências específicas necessárias a consolidação de uma gestão pública empreendedora. Este tipo de curso eleva os níveis de qualificação dos quadros de órgãos públicos, possibilitando a melhoria de processos e o aumento do nível de inovação das práticas de gestão no setor público.

4. OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivo geral formar profissionais aptos para atuar de maneira efetiva, transparente e participativa na gestão de órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta das diferentes esferas de governo, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade.

4.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do curso incluem:

- proporcionar uma visão sistêmica e integrada da gestão pública;
- elevar os padrões de eficiência, eficácia e efetividade da gestão pública, com vistas a promover um serviço de qualidade e que atenda às demandas da sociedade;
- desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na capacidade de tomar decisões dentro dos princípios legais que regulamentam a gestão pública e do senso de compromisso com a sociedade;
- fomentar o desenvolvimento do senso crítico dos participantes em relação à análise do contexto político, econômico, social, cultural e tecnológico inerente ao cotidiano do setor público;
- disseminar a importância de gerenciar recursos de acordo com os preceitos legais que regulam a gestão pública, com ética e responsabilidade sócio-ambiental;

- utilizar as técnicas de gerenciamento de processos e das novas tecnologias que viabilizem padrões de qualidade e produtividade exigidas na execução do trabalho.
- compreender os processos de contratação produtos e serviços no setor público, considerando as tendências e transformações na gestão pública;
- elaborar e gerenciar, de forma efetiva, políticas, programas e projetos públicos;
- gerir recursos públicos – financeiros, humanos, tecnológicos e materiais – aplicando conceitos e instrumentos de gestão orientados para resultados.

5. REQUISITOS E FORMA DE ACESSO

5.1. Público Alvo

O acesso ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, destinado à portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, ou equivalente, poderá ser feito, através de processo seletivo, aberto ao público, para o primeiro período do curso, ou, ainda por meio de transferência ou reingresso, para período compatível.

5.2. Forma de Acesso

O ingresso aos cursos de Graduação se dará observando os seguintes pressupostos:

As diferentes modalidades de admissão e a oferta de vagas para cada curso deverão obedecer à política institucional de ingresso constante no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

As normas, os critérios de seleção, os programas e a documentação dos processos seletivos constarão em edital normatizado pela Pró-Reitoria de Ensino de acordo com a legislação vigente.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O profissional egresso do Curso de Tecnologia em Gestão Pública do IFB estará apto a atuar como um agente transformador da gestão pública, promovendo a melhoria e a inovação em processos de órgãos públicos. Para tanto, deverá ser capaz de gerenciar adequadamente ações, projetos, programas e políticas públicas, utilizando critérios de eficiência, eficácia e efetividade, utilizando senso crítico, criatividade, atitude ética e capacidade de adaptação à diferentes cenários e contextos.

6.1. Competências gerais deste profissional

Em consonância com a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o tecnólogo em Gestão Pública atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas. Com sólidos conhecimentos sobre as regulamentações legais específicas do segmento, este profissional busca a otimização da capacidade de governo. O trato com pessoas, a visão ampla e sistêmica da gestão pública, a capacidade de comunicação, trabalho em equipe e liderança são características indispensáveis a este tecnólogo.

Sendo assim, com a aquisição da formação, o Tecnólogo em Gestão Pública deverá apresentar um perfil que lhe possibilite:

- desenvolver atividades de gestão administrativa em órgãos públicos;
- planejar, implementar e avaliar políticas, programas e projetos públicos;
- planejar e executar projetos de gestão ambiental e social no setor público;
- assumir cargos de supervisão, gerência, assessoria e consultoria;

- atuar nas distintas esferas de governo (federal estadual e municipal);
- atuar em entidades do terceiro setor e parceiras do setor público, bem como em empresas com participação estatal.

7. CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO EGRESSO

Como eventuais campos de ação profissional deste egresso, é possível destacar os diversos órgãos que compõem a Administração Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cabe ressaltar também, que as competências desenvolvidas no decorrer do curso, habilitarão seus egressos a atuarem em organizações parceiras do Setor Público, incluindo ainda entidades do Terceiro Setor.

Assim, os egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública estarão aptos a desempenhar um amplo conjunto de atividades, dentre as quais destacam-se:

- Assessoria aos dirigentes das três esferas do governo;
- Atividades da área de política econômica;
- Atividades de gestão administrativa nas três esferas de governo;
- Atividades da área de controle interno e externo;
- Atividades de regulação de mercados;
- Atividades de gestão ambiental;
- Formulação e avaliação de políticas públicas;
- Implementação de projetos públicos.

8. CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

8.1 Fundamentos legais

Os currículos plenos de Graduação dos Cursos Superiores de Tecnologia do IFB obedecem ao disposto em:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),

Lei nº 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, na legislação complementar e nas resoluções específicas para cada curso, expedidas pelos órgãos competentes,

Lei nº 11.788 de 25 de Setembro de 2008,

Decreto nº. 5.154/2004, na Resolução CNE/CP nº 03/2002,

Portaria nº 2.253 de 18 de outubro de 2001,

Resolução CNE/CP nº 2 de 19 de fevereiro de 2002,

Resolução CNE nº 2, de 18 de junho de 2007,

Resolução CNE nº 2 de 04 de abril de 2005,

Resolução CNE/CP nº 3 de 18 de dezembro de 2002,

Parecer CNE/CP nº 29 de 13 de dezembro de 2002,

Parecer CNE/CES nº 277/2006,

Resolução CONAES/INEP nº 01, de 17 de junho de 2010,

Resolução CNE nº 2, de 18 de junho de 2007,

Resoluções internas do IFB.

9. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

9.1. Princípios Norteadores da Organização Curricular

Os princípios norteadores do curso articulados entre si, com as competências gerais e com as áreas de atuação do egresso vistas anteriormente, compõem a base da construção curricular deste curso. São eles:

1. Aplicação dos princípios da Legislação Administrativa na gestão pública;
2. Articulação de políticas públicas e instrumentos de Planejamento;
3. Utilização dos conceitos éticos e legais pertinentes à esfera pública;
4. Avaliação dos aspectos econômicos e impactos das finanças públicas sobre o Estado e a sociedade;
5. Utilização de ferramentas contábeis para aplicar na administração pública;
6. Conhecer a organização do Estado brasileiro e as funções inerentes a cada instância ou escalão do governo em seus âmbitos federal, estadual e municipal;
7. Conhecimento sobre as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional dos órgãos da administração pública;
8. Utilização de ferramentas de auditoria em âmbito federal, estadual e municipal;
9. Assessoramento de desenvolvimento de campanhas de marketing na esfera pública;
10. Coordenação do uso de ferramentas de tecnologia da informação no setor público;
11. Desenvolvimento e implementação de projetos de interesse social no setor

público;

12. Desenvolvimento e implementação de projetos voltados para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
13. Proposição de ações inovadoras e empreendedoras no setor público;
14. Utilização das Teorias Administrativas para a tomada de decisões;
15. Planejamento da organização, da operação, do controle e da avaliação dos processos de gerenciamento das pessoas, dos recursos, da logística e dos sistemas de informação, no âmbito da gestão pública.

9.2. Estrutura Curricular

9.2.1. Núcleos de Formação que estruturam o Curso

A partir da observância dos princípios norteadores da organização curricular, foram estabelecidos os seguintes Núcleos de Formação para a organização das unidades curriculares necessárias ao desenvolvimento das competências inerentes aos perfis de atuação e profissional dos egressos deste CST:

- Núcleo Estrutural de Formação em Estado e Sociedade
- Núcleo Estrutural de Formação em Administração do Setor Público
- Núcleo Estrutural de Formação em Métodos (Quant. e Qualit.) & Gestão da Informação
- Núcleo Estrutural de Formação em Políticas Públicas

SEMESTRE	UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	H/A IFB	C.H RELÓGIO	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
I	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE	TOTAL	520	433,33	21,7%
1º	Fundamentos de Sociologia	FSO	60	50	2,5%
2º	Fundamentos de Microeconomia	FMI	60	50	2,5%
1º	Fundamentos de Ciência Política	FCP	60	50	2,5%
1º	Fundamentos de Direito	FD	40	33,33	1,7%
2º	Ética na Administração Pública	EAP	40	33,33	1,7%
3º	Fundamentos de Macroeconomia	FMA	60	50	2,5%
4º	Desenvolvimento Econômico Brasileiro	DEB	60	50	2,5%
5º	Economia do Setor Público	ECOSP	60	50	2,5%
4º	LIBRAS	LIB	40	33,33	1,7%
5º	Gestão Social	GSOC	40	33,33	1,7%
II	NÚCLEO DE FORMAÇÃO ADMINISTRAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	TOTAL	760	633,33	31,7%
1º	Fundamentos de Administração	FAD	60	50	2,5%
1º	Fundamentos de Contabilidade	FCONT	40	33,33	1,7%
2º	Direito Administrativo	DA	40	33,33	1,7%
2º	Gestão de Pessoas no Setor Público	GPES	60	50	2,5%
2º	Gestão de Projetos no Setor Público	GPRO	40	33,33	1,7%
3º	Orçamento Público	OP	60	50	2,5%
3º	Direito Tributário	DT	40	33,33	1,7%
3º	Administração Pública	AP	60	50	2,5%
4º	Licitação e Contratos	LC	40	33,33	1,7%
4º	Contabilidade Pública	CPB	60	50	2,5%
5º	Auditoria Pública I	AUD1	60	50	2,5%
5º	Gestão Patrimonial e Logística no Setor Público	GPLSP	60	50	2,5%
5º	Custos no Setor Público	CSP	40	33,33	1,7%
6º	Auditoria Pública II	AUD2	40	33,33	1,7%
6º	Qualidade e Inovação no Setor Público	QISP	60	50	2,5%
III	NÚCLEO DE FORMAÇÃO MÉTODOS (QUANT/QUALI) & GESTÃO DA INFORMAÇÃO	TOTAL	420	350	17,5%
1º	Cálculo Diferencial I	CDIF1	40	33,33	1,7%
2º	Métodos e Técnicas de Pesquisa	MTP	40	33,33	1,7%
2º	Português Instrumental	PINST	40	33,33	1,7%
2º	Cálculo Integral I	CINT1	40	33,33	1,7%
1º	Tecnologia de Informação aplicada à Gestão Pública	TIGP	60	50	2,5%
3º	Matemática Financeira	MF	40	33,33	1,7%
3º	Leitura e Produção de Textos Oficiais	LPTO	40	33,33	1,7%
3º	Estatística Aplicada	EA	60	50	2,5%
6º	Gestão de Informações no Setor Público	GISP	60	50	2,5%
IV	NÚCLEO DE FORMAÇÃO POLÍTICAS PÚBLICAS	TOTAL	220	183,33	9,2%
4º	Elaboração e Implementação Políticas Públicas	EIPP	60	50	2,5%
5º	Avaliação no Setor Público	ASP	60	50	2,5%
6º	Finanças Públicas	FIP	60	50	2,5%

	6º	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	GADS	40	33,33	1,7%
--	----	--	------	----	-------	------

9.3 FLUXO DE DISCIPLINAS

1º SEMESTRE					
1.1	Fundamentos de Administração	FAD	60	50,00	
1.2	Fundamentos de Ciência Política	FCP	60	50,00	
1.3	Fundamentos de Sociologia	FSO	60	50,00	
1.4	Fundamentos de Direito	FD	40	33,33	
1.5	Cálculo Diferencial I	CDIF1	40	33,33	
1.6	Fundamentos de Contabilidade	FCONT	40	33,33	
1.7	Tecnologia de Informação aplicada à Gestão Pública	TIGP	60	50,00	
TOTAL DO SEMESTRE			360	300,00	
2º SEMESTRE					
2.1	Métodos e Técnicas de Pesquisa	MTP	40	33,33	
2.2	Ética na Administração Pública	EAP	40	33,33	
2.3	Português Instrumental	PI	40	33,33	
2.4	Fundamentos de Microeconomia	FMI	60	50,00	
2.5	Cálculo Integral I	CINT1	40	33,33	CDIF
2.6	Direito Administrativo	DA	40	33,33	
2.7	Gestão de Pessoas no Setor Público	GPES	60	50,00	
2.8	Gestão de Projetos no Setor Público	GPRO	40	33,33	
TOTAL DO SEMESTRE			360	300,00	
3º SEMESTRE					
3.1	Estatística Aplicada	EAP	60	50,00	
3.2	Orçamento Público	OP	60	50,00	
3.3	Fundamentos de Macroeconomia	FMA	60	50,00	
3.4	Direito Tributário	DT	40	33,33	
3.5	Administração Pública	AP	60	50,00	
3.6	Matemática Financeira	MF	40	33,33	
3.7	Leitura e Produção de Textos Oficiais	LPTO	40	33,33	
TOTAL DO SEMESTRE			360	300,00	
4º SEMESTRE					
4.1	LIBRAS	LIB	40	33,33	
4.2	Licitação e Contratos	LC	40	33,33	DA
4.3	Elaboração e Implementação Políticas Públicas	EIPP	60	50,00	AP
4.4	Contabilidade Pública	CPB	60	50,00	FCONT
4.5	Desenvolvimento Econômico Brasileiro	DEB	60	50,00	
4.6	Disciplina Optativa I		40	33,33	
4.7	Marketing Público	MKTP	60	50,00	
TOTAL DO SEMESTRE			360	300,00	

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | Reitoria

SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70860-100

Fone/Fax: +55 (61) 2103-2154

5º SEMESTRE					
5.1	Auditoria Pública I	AUD1	60	50,00	CPB
5.2	Economia de Setor Público	ESP	60	50,00	
5.3	Avaliação no Setor Público	ASP	60	50,00	
5.4	Custos no Setor Público	CSP	40	33,33	CPB
5.5	Gestão Social	GSOC	40	33,33	
5.6	Gestão Patrimonial e Logística	GPL	60	50,00	
5.7	Disciplina Optativa II		40	33,33	
TOTAL DO SEMESTRE			360	300,00	
6º SEMESTRE					
6.1	Gestão de Informações no Setor Público	GISP	60	50,00	
6.2	Auditoria Pública II	AUD2	40	33,33	AUD1
6.3	Finanças Públicas	FIP	60	50,00	
6.4	Planejamento Urbano	PU	40	33,33	
6.5	Qualidade e Inovação no Setor Público	QISP	60	50,00	FAD
6.6	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável	GADS	40	33,33	
6.7	Disciplina Optativa III		60	50,00	
TOTAL DO SEMESTRE			360	300,00	
Carga Horária Total da Grade Curricular			2.160	1.800	

9.3.1. Disciplinas Optativas

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública contempla a oferta de Unidades Curriculares Optativas para estudantes matriculados a partir do 4º semestre do curso. Estudantes cursando semestres anteriores poderão ter sua matrícula autorizada, desde que respeitado o fluxo obrigatório do respectivo período. O estudante deverá cumprir, no decorrer do curso, um mínimo de 140 horas de Unidades Curriculares Optativas. Será observada a periodicidade anual na oferta de unidades curriculares deste tipo, podendo ocorrer inclusive nos finais de semana ou em cursos de verão/inverno.

A seguir, é apresentada tabela contendo as disciplina optativas a ser, ofertadas aos alunos do curso. Cumpre ressaltar que a partir da identificação de demanda pelo NDE, o Colegiado do curso poderá propor a inclusão ou retirada de disciplinas.

LISTA DE OFERTA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS				
UNIDADE CURRICULAR	CÓDIGO	H/A IFB	C.H. RELÓGIO	PRÉ-REQ
Oficina de Produção de Textos	OPT	40	33,33	PINST
Organização de Eventos	OE	40	33,33	
Comportamento Organizacional	CO	40	33,33	GPES
Sistema Político Brasileiro	SPB	40	33,33	AP
Educação Corporativa no Setor Público	ECSP	60	50	GPES
Inglês Instrumental	IINST	60	50	
Espanhol Instrumental	EINST	60	50	

9.4. Sistema Acadêmico, Duração e Número de Vagas

Regime de Matrícula: Seriado

Duração: 3 anos ou 6 semestres

Número de Vagas: 45

9.5. Carga horária total do curso

QUADRO SINTÉTICO					
	CARGA HORÁRIA TOTAL	CÓDIGO	H/A IFB	C.H. RELÓGIO	%
	Unidades Curriculares	-	2.160	1.800	86%
	Estágio Supervisionado	ESTSUP	180	150	7,2%
5.8	Projeto de Pesquisa	PPQ	40	33,33	1,6%
6.8	Trabalho de Conclusão de Curso	TCC	60	50	2,4%
	Atividades Complementares	AC	60	50	2,4%
	TOTAL	-	2.500	2.083	100%

9.6. Trabalho de Conclusão de Curso

O TCC é necessário para a finalização do curso e constitui-se em atividade acadêmica que oportuniza síntese dos conhecimentos construídos pelo estudante

durante a graduação tecnológica, complementando sua prática profissional. Sua realização se dará nos últimos dois semestres do curso e contará com a orientação de docente membro do colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. O TCC obedecerá o regulamento próprio do IFB, observando ainda as seguintes etapas:

- i) elaboração e defesa de um projeto de pesquisa no 5º semestre do curso;
- ii) produção de trabalho monográfico observado o projeto elaborado;
- iii) defesa da monografia, no 6º semestre do curso, perante uma banca composta por três professores, entre eles o orientador.

Quanto à atribuição de nota, o projeto de pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obedecerão aos critérios de avaliação do IFB. O NDE, por meio do colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública poderá baixar normas complementares para operacionalizar esta atividade. O mecanismo de avaliação considerará:

- a) Interesse demonstrado pelo aluno e frequência às reuniões periódicas de orientação;
- b) Cumprimento das etapas para a construção do projeto e do trabalho monográfico;
- b) Entrega, na data programada, das atividades solicitadas pelo orientador; e
- c) Qualidade do final do trabalho, no que concerne ao seu conteúdo e forma.

O trabalho deverá ser apresentado em conformidade com as normas da ABNT, estabelecidas para a redação de trabalhos científicos. Após as correções e proposições da banca examinadora, o trabalho fará parte do acervo bibliográfico da Instituição.

9.7 Atividades complementares

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | Reitoria

SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70860-100

Fone/Fax: +55 (61) 2103-2154

As atividades complementares (AC) poderão abranger horas de Estágio Curricular Supervisionado; podendo computar também, atividades de extensão; participação em semanas de Gestão Pública; seminários; Palestras; congressos científicos; atividades de pesquisa; mostras de extensão universitária; atividades de monitoria; atividades em educação à distância (EAD); atividades de representação acadêmica; atividades culturais e desportivas; participação em seminários, jornadas, congressos, eventos, simpósios, cursos e atividades afins; participação em Oficinas Didáticas, entre outras de mesma natureza ou correlatas.

Registra-se que as atividades complementares são um componente obrigatório do CST em Gestão Pública fazendo-se necessária a sua realização para a obtenção do diploma. Essas atividades têm por objetivo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem do estudante complementando os conteúdos programáticos das disciplinas constantes na matriz curricular. As atividades complementares poderão ser desenvolvidas no próprio IFB ou em outras organizações, sejam elas públicas ou privadas, desde que elas sejam compatíveis com os objetivos do curso.

Ressalta-se que apenas será considerada, para efeito de atribuição de carga horária, a participação em atividades complementares desenvolvidas a partir do ingresso do estudante no curso.

As atividades complementares são divididas em:

a) Atividades de ensino:

- atuação como monitor de disciplina: atribuir 10 horas por monitoria.

b) Atividades de pesquisa:

- atuação como monitor em palestras e/ou dia de campo: 6 horas por monitoria;

- participação em iniciação científica: atribuído 20 horas por projeto concluído;

- participação em eventos (congressos, encontros, seminários e etc.): 5 horas por evento;

- apresentação oral de trabalho científico: 6 horas por apresentação;
 - apresentação de pôster em evento científico: 5 horas por pôster.
- c) Atividades de extensão:
- participação efetiva de comissões de organização de eventos (seminários, congressos, semanas acadêmicas e etc.): 10 horas por comissão;
 - participação em projetos de extensão: atribuído 20 horas por projeto concluído;
 - Participação efetiva em Centros Acadêmicos, Conselhos e Colegiados internos à Instituição e Empresas Juniores: cada ano de mandato equivale a 15 horas;
 - Participação em grupos culturais (Catira, teatro, coral, música, e etc.) e esportivas do IFB: cada seis meses de participação, poderão ser computadas 5 horas de AC;
 - Realização de estágios em instituições com áreas afins à Gestão Pública: cada 30 horas realizadas de estágio equivalem a 5 horas de atividades complementares.

Todas as atividades descritas deverão ser comprovadas por meio de declarações ou certificados da Instituição promotora.

Para aprovação no CST em Gestão Pública deverá ser cumprida a carga horária mínima de 50 horas relógio em atividades complementares, além da carga prevista nos componentes curriculares obrigatórios, optativos, trabalho de conclusão de curso e estágio curricular supervisionado.

9.8 Estágio Curricular Supervisionado

As normas para a realização do estágio supervisionado dos Cursos de Nível Superior observarão as seguintes Leis Brasileiras:

- I. Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

- II. Lei Federal nº 6.494, de 7 de dezembro de 1997;
- III. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982;
- IV. Parecer nº 2, de 19 de fevereiro de 2001;
- V. Parecer CNE/CP 27/2001;
- VI. Decreto nº 2.406 de 1997;
- VII. Resolução CNE/CP 2 de 19 de fevereiro de 2002;
- VIII. Resolução nº 10/2012 CS-IFB.

A Avaliação do Estágio Curricular Supervisionado dos alunos do IFB estará condicionada à apresentação:

- I. dos documentos corretamente preenchidos pelo estudante e pela empresa concedente de estágio, em modelos fornecidos pela Pró-Reitoria de Extensão;
- II. do “Relatório Analítico de Estágio Supervisionado” que o aluno deverá construir no decorrer do seu estágio, apresentando ao professor regente da respectiva Unidade Curricular, embasado na síntese e análise das atividades realizadas.

Os alunos que estiverem exercendo atividade profissional na área do seu curso poderão ter redução integral da carga horária do estágio curricular supervisionado e obrigatório. Este aproveitamento só será concedido com a devida comprovação do exercício profissional, devendo a documentação ser apresentada ao professor-orientador, que a anexará aos relatórios do aluno e a manterá nos arquivos do estágio.

O estágio curricular supervisionado é uma atividade obrigatória que visa inserir o estudante no mundo do trabalho e promover o aprofundamento da prática profissional. Sua carga horária e validade estão definidas neste PPC, conforme a orientação determinada sob os critérios estabelecidos na Lei 11.788/08 e Regulamento do Estágio Supervisionado do IFB.

Caberá à Pró-Reitoria de Extensão realizar convênios e parcerias entre Instituições Públicas e Privadas e juntamente com a Coordenação do Curso, encaminhar o aluno para o estágio, informando a conclusão e o aproveitamento do estágio à Coordenação de Registro Acadêmico, sob a supervisão da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus Brasília*.

9.9 Aproveitamento de Estudos

Em conformidade com as Leis LDB 9.394, de dezembro de 1996, e 11.741 de julho de 2008, poderá haver aproveitamento de estudos de unidades curriculares cursadas e concluídas, mediante requerimento da unidade curricular que se deseja aproveitar, acompanhado dos seguintes documentos:

I – histórico escolar;

II – matriz curricular cursada;

III – planos de ensino dos componentes curriculares com especificação de carga horária comprovada, competências, habilidades e bases tecnológicas, ou ementário e conteúdo programático, se for o caso.

Os currículos poderão ter sido cursados em diferentes instituições de Ensino Superior, desde que a conclusão da disciplina não tenha excedido o prazo de cinco anos e que o curso seja devidamente reconhecido.

A análise de equivalência entre matrizes curriculares será realizada por Comissão, nomeada pela Coordenação de Curso, constituída por representante do NDE e docentes das especialidades, que emitirá parecer sobre a solicitação no prazo para julgamento.

Será considerada uma equivalência mínima de pelo menos 75% da carga horária e conteúdos entre as unidades curriculares cursadas e as do curso a ser aproveitado.

I – Será utilizado o termo “Aproveitamento de Estudos” para registro, dispensando-se o registro das notas ou avaliações das unidades curriculares.

II – para efeito de registro será utilizado o termo “Dispensado”.

O solicitante terá direito a recurso em caso de discordância do parecer da Comissão, que deverá ser protocolado atendendo as datas definidas.

Alunos de nacionalidade estrangeira ou brasileira com estudos realizados no exterior deverão apresentar documentação legalizada por via diplomática e equivalência concedida pelo sistema de ensino de origem, sendo exigida a seguinte documentação:

I – histórico escolar original com firma consular confirmando sua autenticidade, expedida pelo Consulado Brasileiro do país onde foram feitos os estudos, ou outro órgão público competente, salvo quando legislação específica determinar procedimento diferente;

II – certidão de nascimento, passaporte ou certificado de inscrição consular, na qual constem os elementos necessários à identificação do aluno;

III – tradução dos documentos acadêmicos por tradutor juramentado, caso estejam redigidos em língua estrangeira;

IV – certificado de proficiência em Língua Portuguesa ou comprovante de estar frequentando curso da língua nacional, se o aluno não for lusofônico.

O aluno terá direito a aproveitamento de estudos realizados com aprovação, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior.

O requerimento de aproveitamento de estudos obedecerá aos períodos previstos no Calendário Institucional e às normas institucionais. Será feito na Coordenação de Registro Acadêmico, que deverá proceder à verificação da autenticidade dos documentos, anexando-os ao requerimento e enviando-os à Direção Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão para as devidas providências junto à Coordenação do Curso para análise conjunta com os professores responsáveis pela(s) Unidade(s) Curricular(es).

Os documentos exigidos deverão ser oficiais, com carimbo e assinatura da Instituição de origem, autenticados em cartório oficial ou cópia autenticada pelo IFB a partir do original apresentado.

10. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação, parte integrante do processo de aprendizagem, tem como objetivo o acompanhamento e a verificação da construção das competências trabalhadas ao longo dos períodos letivos. A avaliação da aprendizagem será contínua, sistemática e cumulativa, tendo o objetivo de promover os discentes para a progressão de seus estudos. Na avaliação predominarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, presentes tanto no domínio cognitivo como no desenvolvimento de hábitos e atitudes.

Os instrumentos de avaliação da aprendizagem deverão ser formulados de modo que levem o discente ao hábito da pesquisa, à reflexão, à criatividade e estimule a capacidade de auto-desenvolvimento e auto-avaliação.

Para efeito de promoção, o discente será avaliado quanto ao rendimento acadêmico e à assiduidade, havendo obrigação legal de cumprimento mínimo de 75% da frequência no cômputo total das aulas dadas no semestre.

A proposta pedagógica do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, a qual assume, de forma integrada, no processo ensino-aprendizagem, as funções diagnóstica, formativa e somativa. Essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Devem funcionar também como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, que deve sempre levar em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Para tanto, torna-se necessário destacar os seguintes encaminhamentos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o discente;
- Definição de conhecimentos significativos;
- Divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- Exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os discentes;
- Divulgação dos resultados do processo avaliativo;
- Atividades de recuperação paralelas aos discentes com dificuldades de aprendizagem;
- Estratégias cognitivas e metacognitivas com aspectos a serem considerados na correção;
- Incidência da correção dos erros mais frequentes; e
- Importância conferida às aptidões dos discentes, aos seus conhecimentos prévios e ao domínio atual dos conhecimentos que contribuam para a construção do perfil do futuro egresso.

10.1. Sistemática de Avaliação

O sistema de avaliação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública obedecerá às normas estabelecidas na Organização Didático-pedagógica dos Cursos de Graduação do IFB (ODP de Graduação) no que tange às normas gerais para avaliação e acrescenta, a esse documento, especificidades dos objetivos pedagógicos deste PPC.

Conforme a ODP de Graduação, é aprovado na componente curricular, independentemente do Exame Final, o aluno com média igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

A reprovação do aluno, em componente curricular, ocorre:

I - por falta (RF= Reprovado por Falta), quando não cumpre 75% (setenta e cinco por cento) de frequência às aulas dadas;

II - por nota (RN = Reprovado por Nota), quando obtém média inferior a 6,0 (seis);

III - por falta e por nota (RFN= Reprovado por Falta e por Nota), se estiver, simultaneamente, nas duas condições anteriores.

Este PPC estabelece que haverá no mínimo 3 (três) instrumentos de avaliação por Componente Curricular, cada uma avaliando, prioritariamente, uma das seguintes áreas de competência:

- a) desempenho em processos de ensino aprendizagem;
- b) desempenho crítico-reflexivo teórico;
- c) desempenho na pesquisa

Obs.: Nenhum dos instrumentos deverá ter valor superior a 50% do valor final da nota.

Desta forma, busca-se garantir que as competências tecnológicas sejam avaliadas continuamente em todas as Unidades Curriculares.

As recuperações paralelas serão os recursos utilizados durante todo o período letivo, em todas as unidades curriculares, disponível a todos os estudantes com o objetivo de evitar as reprovações e minimizar evasões.

11. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Qtde.	Espaço Físico	Descrição
08	Salas de Aula	Com 45 carteiras, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.
01	Sala de Audiovisual	Com 60 cadeiras, projetor multimídia, computador, lousa interativa, televisor 29", DVD player.
01	Auditório	Com 250 lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.
01	Biblioteca	Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico e de multimídia. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com no mínimo cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.
01	Sala de pesquisa	Com computadores e mesa de trabalho para apoio ao desenvolvimento de

01	Laboratório de Informática	de	pesquisas por alunos e servidores. Com 45 máquinas, <i>software</i> e projetor multimídia.
01	Laboratório de Estudos de Gestão Pública	de	Com computadores, para apoio ao desenvolvimento de trabalhos por alunos.
01	Lab. de Gestão Ambiental	de	Com computadores e equipamentos para apoio ao desenvolvimento de pesquisas.

12. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

12.1. Coordenação do Curso

Como instância executiva das ações do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública haverá uma Coordenação de Curso composta por um Coordenador e por um secretário administrativo. Essa coordenação é responsável pelo planejamento didático pedagógico e supervisão da aplicação do plano de ensino e atividades pedagógicas de cada unidade curricular. Além disso, será responsável pela gestão executiva de todas as ações do Colegiado do curso.

12.1.1. Atribuições

São atribuições da Coordenação de Curso:

- Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades pedagógicas do curso;
- Assessorar e acompanhar os docentes nas atividades didático-pedagógicas, na definição de métodos e técnicas de ensino, bem como nos procedimentos de avaliação;
- Controlar a frequência do corpo docente;
- Promover reuniões de estudo e trabalho, visando à melhoria contínua das atividades de ensino;
- Realizar estudos para definição de avaliação por competências;
- Promover, estimular e acompanhar todos os eventos internos e externos relacionados à área de ensino;
- Participar do processo de certificação e reconhecimento de experiências adquiridas anteriormente pelos alunos;

- Formatar o quadro de horário das aulas;
- Elaborar horários de professores e organização das salas de aula e funcionamento do Curso;
- Elaborar, propor, detalhar relatórios de desempenho dos serviços sob sua responsabilidade;
- Participar da elaboração do calendário escolar;
- Sugerir ações educacionais coerentes com as necessidades da comunidade local e do mundo do trabalho;
- Cumprir e fazer cumprir as decisões do Colegiado do Curso;
- Efetuar outras tarefas correlatas.

12.2. Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso Superior de Tecnologia (CST) em Gestão Pública é o responsável pelo planejamento, supervisão, acompanhamento e implementação do Projeto Pedagógico do CST em Gestão Pública do IFB, levando em consideração a política educacional vigente para a Educação Superior e Profissional, observando disposições da Resoluções CONAES/INEP 01, de 17 de junho de 2010 e da Resolução do IFB sobre esse assunto.

12.2.1. Constituição

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como instância máxima decisória da gestão acadêmica e administrativa o Colegiado de Curso composto pelos docentes, um representante dos funcionários técnico-administrativos com atividades ligadas à ensino, pesquisa e extensão e ainda, por dois representantes da comunidade discente.

12.2.2. Atribuições

São atribuições do Colegiado, além das previstas no Regimento Geral do IFB:

- Caráter consultivo que visa administrar, coordenar e recomendar sobre atividades didáticas, de pesquisa e de extensão do curso.
- Seguir as atualizações do currículo, realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).
- Colaborar com o processo ensino-aprendizagem promovendo a integração entre docente e discente com vistas à formação profissional adequada.
- Promover a integração dos Componentes Curriculares do ciclo básico com o ciclo profissionalizante, em função dos objetivos do curso.
- Propor modificações no Projeto Pedagógico de Curso e no Programa dos Componentes Curriculares do curso, mediante deliberação do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso.
- Apreciar os pedidos de transferências, matrículas em novo curso, complementação de estudos, e ingresso, autorização para matrícula em componentes extracurriculares, obedecendo às normas em vigor.
- Relacionar nos processos de transferência, através do processo de adaptação curricular, a complementação de estudos, os componentes curriculares cujos estudos poderão ser aproveitados e os respectivos créditos e carga horária concedidos, ouvidos os representantes docente

responsáveis pelos componentes curriculares, de acordo com as normas em vigor.

- Manter em arquivo todas as informações de interesse do curso, a fim de zelar pelo cumprimento das exigências legais.
- Apreciar o relatório semestral do Coordenador do Curso sobre as atividades desenvolvidas.
- Efetuar outras tarefas correlatas.

12.3 Perfil Docente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

#	DOCENTE	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CURRÍCULO LATTES
1	Ailton Bispo dos Santos Junior	Graduado e Licenciado em Administração de Empresas e Pública Especialista em Docência Superior e em Controle, Monitoramento e Avaliação no Setor Público Mestre em Administração	20h	http://lattes.cnpq.br/4269305966169297
2	André Luiz Dias	Graduado em Administração Especialista em Gestão Pública	20h	http://lattes.cnpq.br/4783492647215055
3	Andréa Borghi Jacinto	Graduada em Ciências Sociais Mestre em Antropologia Doutora em Antropologia	Temporário	http://lattes.cnpq.br/1410707145898607
4	Andrea Restrepo Ramirez	Graduada em Economia Mestre em Agronegócio	Temporário	http://lattes.cnpq.br/3007813606542492
5	Bruno Rocha	Graduado em Administração e em Ciência da Computação Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação	20h	http://lattes.cnpq.br/8466049398342611
6	Cristiane Jorge de Lima Bonfim	Graduada em Sistemas de Informação Especialista em Educação Profissional - PROEJA Mestre em Educação	DE	http://lattes.cnpq.br/5773519461535104
7	Daniela Fantoni Alvares	Graduada em Turismo Especialista em Turismo, Planejamento, Gestão e Marketing Doutora em Planejamento	DE	http://lattes.cnpq.br/8379936769561038
8	Ernesto Henrique Radis Steinmetz	Graduado em Informática Especialista em Engenharia de Software Mestre em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação	DE	http://lattes.cnpq.br/8504402802559835
9	Francisco de Assis Póvoas Pereira	Graduado em Agronomia Mestre em Economia Doutor em Desenvolvimento Sustentável	DE	http://lattes.cnpq.br/2770334244926489
10	Glauco Vaz Feijo	Graduado em Ciências Sociais Mestre em História	DE	http://lattes.cnpq.br/3658851385218830
11	Guilherme Rocha de Rezende	Graduado em Física Mestre em Física Doutor em Física	DE	http://lattes.cnpq.br/8430782430062430
12	Gustavo Filice de Barros	Graduado em Administração de Empresas Especialista em Resolução de Conflitos Sócio-ambientais Mestre em Políticas e Gestão de C&T para o Desenvolvimento Sustentável	40 h	http://lattes.cnpq.br/4834817243326876
13	Hellen Cristina Cavalcante Amorim	Graduada em Pedagogia - Administração Escolar Especialista em Avaliação Institucional e em Gestão Pública Mestre em Educação	DE	http://lattes.cnpq.br/7246611357176165

14	Jaqueline da Silva Thomazine	Graduada em Ciências Econômicas Mestra em Administração – Inovação e estratégia	DE	http://lattes.cnpq.br/9927719922582310
15	José Wagner Marques Raulino	Graduado em Ciências Contábeis Especialista em Gestão da Administração Pública	Temporário	http://lattes.cnpq.br/7320266093004732
16	Kátia Guimaraes Sousa Palomo	Graduada em Administração Graduada em Direito Especialista em Planejamento Estratégico e Sistemas de Informação Mestre em Administração	DE	http://lattes.cnpq.br/1624087841228368
17	Magno Alves de Oliveira	Graduado em Matemática Graduado em Geografia Especialista em Docência do Ensino Superior Mestre em Matemática Doutor em Matemática	DE	http://lattes.cnpq.br/3023361655410951
18	Marilene de Souza Polastro	Graduada em Direito Especialista em Direito Notarial e Registral Mestre em Direito Negocial	Voluntária	http://lattes.cnpq.br/6600952668678625
19	Michelle Silva de Oliveira	Graduada em Ciências Contábeis Especialista em Contabilidade e Controladoria Governamental Mestre em Ciências Contábeis	DE	http://lattes.cnpq.br/0091787194171809
20	Paula Petracco	Graduada em Ciências Biológicas Mestre em Ciências da Engenharia Ambiental Doutora em Ecologia e Recursos Naturais	DE	http://lattes.cnpq.br/3908195729194254
21	Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha	Graduado em Ciência Política Mestre em Ciência Política	DE	http://lattes.cnpq.br/4414411053980077
22	Philippe Tshimanga Kabutakapua	Graduado em Ciências Econômicas Mestre em Economia e Finanças Doutor em Economia	DE	http://lattes.cnpq.br/7492994887082333
23	Sérgio Barbosa Gomes	Graduado em Ciências Econômicas Especialista em Docência Universitária Mestre em Planejamento do Desenvolvimento	DE	http://lattes.cnpq.br/2391652932444297
24	Tânia Maria Domingos Pereira	Graduada em Letras Especialista em Docência do Ensino Superior Mestre em Letras e Linguística	DE	http://lattes.cnpq.br/0601425226458528
25	Thainara Castro Lima	Graduada em Letras - Espanhol Mestre em Linguística Aplicada	DE	http://lattes.cnpq.br/4011675677299664

26	Vanessa de Assis Araujo	Graduada em Letras - Inglês Especialista em Ensino de Língua Inglesa e em Educação a Distância Mestre em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Estrangeiras	DE	http://lattes.cnpq.br/7847935106298070
----	-------------------------	---	----	---

12.4 Perfil Técnico-Administrativo

SERVIDOR	CARGO	CARGA HORÁRIA
Aline Rocha Souza Santana	Administrador	40h
Ana Zélia Menezes Bomfim	Analista de Tecnologia da Informação	40h
Andrea Pinto Graça Parente	Assistente Social	40h
Charlene Cardoso Cruz	Auxiliar de Biblioteca	40h
Cristiano de Andrade Guedes	Assistente de aluno	40h
Daniella Ferreira de Oliveira	Assistente de aluno	40h
Eduardo Andrade dos Santos	Técnico em eletrotécnica	40h
Fernanda Barbosa de Sousa Lima	Assistente em Administração	40h
Juliano Queiroz G. de Oliveira	Bibliotecário	40h
Mariela do Nascimento Carvalho	Bibliotecário	40h
Pollyana Maria Ribeiro Alves Martins	Pedagogo	40h
Priscila Antunes Camargo	Assistente em Administração	40h
Roberta Bellillo Jardim	Técnico em Assuntos Educacionais	40h

13. DIPLOMAS

Após a integralização dos componentes curriculares que compõem o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e da realização da correspondente Prática Profissional, será conferido ao egresso o Diploma de **Tecnólogo em Gestão Pública**.

14. AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

Os mecanismos de auto-avaliação do curso consistem em estratégias de auto-reflexão das políticas e ações desenvolvidas no curso, objetivando a visualização dos pontos fortes ou elementos que devem permanecer constituintes da estrutura geral do curso bem como das fragilidades ou pontos que devem ser reavaliados e corrigidos. Entre as categorias que servirão como indicadores para auto-avaliação do curso estão:

a) A organização didático-pedagógica – atuação, formação, experiência do Coordenador do Curso; composição e funcionamento do colegiado de curso; articulação entre PPC e PDI; o currículo e sua flexibilização; procedimentos de avaliação; adequação e abrangência das atividades acadêmicas para a formação do aluno; planejamento e implementação das atividades complementares; desempenho dos alunos.

b) Corpo docente, corpo discente e corpo técnico-administrativo – formação, atuação nas atividades acadêmicas, experiência acadêmica e profissional e capacidade produtiva científica dos docentes;

c) Instalações físicas – adequação do acervo bibliográfico à proposta do curso; nível de adequação dos ambientes de aprendizagens e qualidade dos equipamentos disponibilizados para a formação geral básica e profissional.

Institucionalmente, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é instância responsável pela avaliação permanente de todas as esferas da vida institucional, aí incluídos os cursos ofertados pelo IFB. Dela partem ações e metodologias avaliativas

que buscam dar conta dos aspectos quantitativos e qualitativos referentes ao desenvolvimento dos cursos.

Em paralelo às ações da CPA, e a partir dos resultados sistematizados por ela, o Colegiado do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública manterá comissão permanente de avaliação, formada por docentes do curso e por representantes dos discentes que terá o objetivo de investigar os problemas relativos ao curso, tanto nos aspectos de natureza pedagógica como administrativa.

Esta comissão lançará mão dos relatórios emitidos pela CPA e também poderá executar outras ações avaliativas que lhe forem adequadas.

A auto-avaliação terá como finalidade a produção de conhecimentos sobre o nível de desempenho do curso, de seus acadêmicos, dos serviços educacionais oferecidos, do alcance dos objetivos de cada atividade planejada e promovida pelo curso e pela Instituição.

A divulgação e publicação dos resultados dessas pesquisas deve ser prática constante junto ao corpo acadêmico, visando a transparência e a flexibilidade por parte dos gestores do curso em relação ao processo de auto-avaliação.

15. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Uma comissão do IFB, composta por pedagogos e pelos docentes da área irá acompanhar as ações de avaliação sobre o ingresso do aluno no mercado, sobre sua inserção na Gestão Pública ou em empresas parceiras desse setor.

Atividades de extensão conduzidas no âmbito do IFB são uma excelente oportunidade de manutenção do contato entre o instituto e os egressos. Durante todo o ano letivo são realizadas palestras, cursos e, entre outras, atividades abertas ao público em geral. Essa instância de troca de experiências permite aos egressos vivenciar momentos onde poderão se reciclar e compartilhar seu conhecimento com os docentes, e profissionais da área.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L. **Trajectoria recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** RAP. Rio de Janeiro, v. 41, n. Esp., 2007, pp. 67-86.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9394/96.** Brasília: MEC. _____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN + Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília: MEC ; SEMTEC, 2002.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos superiores de Tecnologia.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, 2010.

DISTRITO FEDERAL. **Síntese de Informações Socioeconômicas 2010.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2010.

_____. **Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal 2011.** Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília: Codeplan, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Resolução nº 3 de 18 de dezembro de 2002.**

_____. **Nova forma de organização da Educação Profissional e Tecnológica de graduação.** Parecer CNE/CES Nº: 277/2006 homologado em 11 de junho de 2006.

DEFFUNE, Deisi; DEPRESBITERIS, Léa. **Competências, Habilidades e currículos da educação profissional: crônicas e reflexões.** São Paulo: SENAC, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática pedagógica.** 3.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA (IFB). **Documentos internos.** 2009-2012.

_____. **Projeto Pedagógico do curso superior de Tecnologia em Agroecologia.** 2009. 158 p. Brasília, DF.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em 11.10.2010

MORIN, Edgar. **Os 7 saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Campinas/SP: Autores Associados, 2009.

ANEXO I – Disciplinas Obrigatórias

EMENTÁRIO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Disciplina 1.1: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO – FAD

Ementa: Conceitos Introdutórios. Evolução histórica. Funções da Administração. Planejamento Estratégico. Desenho Organizacional, Técnicas e Métodos Administrativos. Processo Decisório.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Djalma P. Rebouças. **Sistemas, Organização e Métodos: Uma Abordagem Gerencial**. 20ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamento de Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Reinaldo O. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pearson, 2008.

THOMPSON. Leigh L. **O negociador**. São Paulo: Pearson, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATEMAN, Thomas S. **Administração: um novo cenário competitivo**. São Paulo: Atlas, 2009.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel P. WOOD JR., Thomaz. **Produção Científica em Administração no Brasil – O estado-da-arte**. São Paulo: Atlas, FGV, 2005.

CALDAS, Miguel P.; BERTERO, Carlos Osmar (Org.) **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, FGV, 2007.

CLEGG, Setwart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. **Handbook de Estudos**

Organizacionais (3 vol). São Paulo: Atlas, 2010.

COOPER, Carry; ARGYRIS, Chris. Dicionário Enciclopédico De Administração. São Paulo: Atlas, 2003.

DE SORDI, José Osvaldo. **Gestão por Processos – uma abordagem da moderna administração.** São Paulo: Saraiva, 2010.

GARETH, Jones R. **Teoria das Organizações.** São Paulo: Pearson, 2010.

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ Y RODRIGUES, Martius Vicente. **Administração: elementos essenciais para a gestão das organizações.** São Paulo: Atlas, 2009.

HALL, Richard H. **Organizações – Estruturas, processos e resultados.** 8ed. São Paulo: Pearson, 2004.

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. **Mapas Estratégicos: Convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis.** 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

KAPLAN, R. S; NORTON, D. P. **A estratégia em ação: balanced scorecard.** 3ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KAPLAN, R. S; Norton, D. P. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Introdução Administração: uma estratégia prática.** São Paulo: Atlas, 2009.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização.** São Paulo: Atlas, 1996.

PRESTES-MOTTA, Fernando C.; VASCONCELOS, Isabella F. G. **Teoria Geral da Administração.** São Paulo: Cengage, 2006.

Disciplina 1.2: FUNDAMENTOS DE CIÊNCIA POLÍTICA – FCP

Ementa: Ciência Política: poder, autoridade, legitimação e dominação. Formação do Pensamento Político e do Estado Moderno. O Direito Natural e a Teoria de Contrato. Soberania e Vontade Geral. O Estado e as Classes Sociais. O Estado e a Política

como gestora da sociedade. Formas e Sistemas de Governo. A Democracia: fundamentos, participação e representação. O Federalismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18ed. Rio de Janeiro : Malheiros, 2011.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 10ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- DAHL, Robert. **Análise Política moderna**. Brasília: UnB, 1988.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política**. 15ed. São Paulo: Paz e terra, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: UnB; São Paulo:Imprensa Oficial do estado, 2000.
- BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política (2 volumes)**. Brasília: Editora UnB, 2004.
- DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001
- GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a organização da Cultura**. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- NUNES, E. **A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social - Princípios do Direito Político**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. 2 ed. Brasília: UnB, 1997.

WEBER, Max. **Política como vocação**. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2002.

Disciplina 1.3: FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO – FSO

Ementa: Conceitos básicos de sociologia. A ideia de cultura. Definição de burocracia. Definições do Estado Moderno. Processos históricos de burocratização da gestão do Estado. Bases de legitimidade do Estado moderno. A ideia de República. A construção da República no Brasil. Processos de racionalização da gestão do Estado brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOTTOMORE, Tom. **Introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

QUITANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade, 2 vols**. Brasília: EDUnB, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O ofício do sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes,

2007.

ENGELS, Friedrich. **Origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Jorge Luiz; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano, 4 vols.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

FRANÇA, Bárbara Helidora. **Barnabé, o consciência política do pequeno funcionário público**. São Paulo: Cortez, 2011.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, política e Estado moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Disciplina 1.4: FUNDAMENTOS DE DIREITO – FD

Ementa: Noções fundamentais de Direito. Hermenêutica Jurídica: Interpretação da Lei. Lacunas do Direito. Eficácia da Lei no Tempo e no Espaço. Aplicação das Normas de Direito; Princípios de direito. Ramos e Fontes do Direito. Direito Público e Direito Privado. Noções de Processo Legislativo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília | Reitoria

SGAN 610, Módulos D, E, F e G, Brasília/DF, CEP 70860-100

Fone/Fax: +55 (61) 2103-2154

BRANCATO, Ricardo Teixeira. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Editora Saraiva, 14ª Edição, 2011

BRANCO, Luiz Carlos. **Manual de Introdução ao Direito**. São Paulo: Editora Forense. - 5ª edição – 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Editora Atlas, 12ª edição, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito** - São Paulo: Editora Forense. 34ª EDIÇÃO – 2012.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro e Pinho, Ruy Rebello. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Editora Atlas, 24ª edição, 2004.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. São Paulo: Editora Saraiva. 27ª Edição, 2002.

SILVA, Edson Jacinto da. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Editora Forense. 2ª. Edição, 2009.

VALLADÃO, Sergio Ferraz. **Curso de Direito Legislativo - Direito Parlamentar e Processo Legislativo**. Rio de Janeiro: Elsevier,

Disciplina 1.5: CÁLCULO DIFERENCIAL 1 – CDF

Ementa: Introdução à Teoria de Conjuntos. Introdução à Teoria de Funções. Limites. Noções de derivadas. Aplicações de derivadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GUIDORIZZI, H. L. - **Um Curso de Cálculo – Vol.1**.5ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

LIMA, E. L. **Curso de análise. Vol. 1.** 10a edição. Rio de Janeiro: Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 2002.

SIMMONS, G. F. **Cálculo com geometria analítica.** Vol. 1. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

STEWART, J. **Cálculo. Vol. 1.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AYRES, Frank. **Cálculo Diferencial e Integral.** São Paulo: McGraw Hill, 1981.

ÁVILA, G. **Cálculo.** São Paulo: LTC, 1994.

GUIDORIZZI, H.: **Um curso de Cálculo (4 volumes).** São Paulo: LTC, 2001.

HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo - Um Curso Moderno e Suas Aplicações.** 10ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

VENTURA, L. L., OLIVEIRA, M. A. **Um Curso de Cálculo para tecnólogos.** Brasília: Editora IFB, 2012.

MARRA, Fernando Cesar; ABRÃO, Mariângela. **Matemática Básica para Decisões Administrativas.** 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Diomara. **Cálculo Diferencial e Integral de Funções de Várias Variáveis.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Disciplina 1.6: FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE – FCONT

Ementa: Princípios, terminologia e fundamentos da Contabilidade. Estudo da Estática Patrimonial: definição, componentes (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido), representação gráfica, equação fundamental e as diferentes configurações do patrimônio. ·Escrituração contábil. ·As variações do Patrimônio Líquido: receita, despesa, resultado. Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do exercício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Equipe de professores FEA/USP. **Contabilidade introdutória**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Marcelo C. **Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade e contabilidade básica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERREIRA, Ricardo J.. **Contabilidade básica: finalmente você vai aprender contabilidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina 1.7: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À GESTÃO PÚBLICA-TINF

Ementa: Conceitos de Sistemas de Informação (SI) Recursos Humanos, Recursos de Hardware (Máquinas, Impressoras, etc.) Recursos da Rede (Hub, Switch, Rede física, etc.) Recursos de Software (Sistema Operacional, drivers e Recursos de Dados (Banco

de Dados, Backup) em Sistemas de Informação. Conceitos de Tecnologia e desenvolvimento tecnológico, Uso prático da Ferramenta Access, geração de Tabelas, consultas e relatórios para a fixação dos conceitos de “dados” e “informação”. Estudo do Governo Eletrônico – E-Gov, e os Sistemas de Informação a ele interligado, Terceirização da Tecnologia da Informação na Administração Pública, Sistemas Corporativos na Administração Pública, Segurança da Informação. Software Livre na Administração pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

SILVA, Arídio, Ribeiro, José; ARAÚJO, Rodrigues, Luis Alberto. **Sistemas de Informação na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORTES, Pedro Luiz. **Sistemas Operacionais – Fundamentos**. São Paulo: Érica, 2003.

MANZANO, André Luiz. N. G. Manzano, João Carlos N. G. **Estudo dirigido de informática básica**. São Paulo: Érica, 1999.

MIGUEL, Fernando Bestechi, Manzano, José Augusto N. G. **Estudo Dirigido de Acesso 2000 – Avançado**. 2ed. São Paulo: Érica, 2000.

MACHADO, Felipe Ney Rodrigues; ABREU, Maurício Pereira de. **Projeto de Banco de Dados: Uma visão Prática**, São Paulo:Érica, 1996.

Disciplina 2.1: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA – MTP

Ementa: O conhecimento científico e outros tipos de conhecimento. O processo de pesquisa: elementos constitutivos e seu desenvolvimento. Métodos e técnicas de pesquisa. Variáveis, hipóteses e dados. O projeto de pesquisa. Instrumentos de coleta de dados. Coleta e Análise de dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2010.

BOOTH, Wayne, C.; COLOMB, Gregory, G.; WILLIAMS, Joseph M. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

COOPER, Donald. R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 10ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DANCEY, C.P.; REIDY, J. **Estatística sem Matemática para Psicologia Usando SPSS**

- para Windows. 3ed.** Porto Alegre: Bookman, 2006.
- FIELD, Andy. **Descobrimdo a Estatística usando o SPSS.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOI, Christiane K.; BANDEIRA-DE- MELLO, R.; SILVA, Anielson B. **Pesquisa Qualitativa em estudos Organizacionais.** São Paulo: Saraiva, 2010.
- HAIR JR, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. **Análise Multivariada de Dados.** 6ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- LIMA, Manoelita Correia; OLIVO, Silvio (Org.) **Estágio Supervisionado – Trabalhos de Conclusão de Curso.** São Paulo: Cengage, 2010.
- PASQUALI, L. ET AL. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Lisboa: Gradiva, 2008.
- SERRA-NEGRA, Carlos Alberto; SERRA-NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.** São Paulo: Atlas, 2007.

Disciplina 2.2: ÉTICA NA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA – EAP

Ementa: Ética: conceitos e principais correntes de pensamento. Essência e fundamento da moralidade. Responsabilidade moral e consciência moral. Deontologia e princípios normativos. Ética na esfera pública e privada. Códigos de Ética na Administração Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS**. Brasília: Senado Federal/ Ministério da Ciência e Tecnologia/ Centro de Estudos Estratégicos, 2001.
- VASQUEZ, A.S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MACINTYRE. **Depois da virtude**. Bauru: Edusc, 2001.
- SUNG, Jung Mo e S ILVA, Josué Cândido da. **Conversando Sobre Ética e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Disciplina 2.3: PORTUGUÊS INSTRUMENTAL – PINST

Ementa: Gestão da Linguagem em seus diferentes níveis e formas. Análise das condições de produção de texto referencial, planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de resumos, esquemas e resenhas. Leitura, interpretação e refacção textual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- OLIVEIRA, J. P. M. e MOTTA, C. A. P. – **Como Escrever Textos Técnicos**. Editora Thomson, 2004.
- FIORIN, José Luiz. - **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 4^a ed., 1995.

FREIRE, Paulo. - **A Importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1986.

GARCIA, Othon Moacyr. - **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: F.G.V. 1976.

CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GERALDI, João Wanderley. - **Linguagem e ensino**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras – ALB, 1996.

GERALDI, João Wanderley. - **O Texto na Sala de Aula: leitura e produção**, São Paulo: Ática, 1997.

KOCH, I.G.V.; TRAVAGLIA, L.C. - **Texto e Coerência**. São Paulo; Cortez, 1989.

MARTINS, D.S. - **Português Instrumental de acordo com as atuais normas da ABNT**. Editora Atlas. Porto Alegre: Sagra/Luzzato, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. - **Redação Científica – A Prática de Fichamentos, Resumos e Resenhas**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos - Curriculum Vitae e Memorial. Curitiba: UFPR, 2000.

Normas para Apresentação de Trabalhos Científicos - Relatórios. Curitiba: UFPR, 2000.

PÉCORA, Alcyr. **Problemas de redação**. São Pulo: Martins Fontes, 1983.

PLATÃO & FIORIN. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.

POLITO, Reinaldo. - **Como falar corretamente e sem inibições**. 86ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Disciplina 2.4: FUNDAMENTOS DE MICROECONOMIA – FMI

Ementa: Natureza do problema econômico. Introdução ao estudo da economia: organização social da atividade econômica, método da economia, evolução do pensamento econômico. Microeconomia: oferta e demanda. Funcionamento e estrutura de mercado. Teoria da produção e dos custos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia**. 5ed. Norte Americana, Cengage Learning, 2010.

PINDYCK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson, 2010.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 19a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, D.R.D. **Notas de Aula de Introdução à Teoria Econômica**. Sorocaba: UFSCar, 2008.

LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. S. (Organizadores). **Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

BESANKO, D.;BRAEUTIGAM, R. R. **Microeconomia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: fundamentos e aplicações**. 2ed. São Paulo: Pearson, 2009.

PINHO, Diva Benevides. **Manual de economia**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VARIAN, H. R. **Microeconomia: Princípios básicos - uma aborda matemática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald J. **Economia**. São Paulo: Makron Books,

1994.

Disciplina 2.5: CÁLCULO INTEGRAL 1 – CINT

Ementa: Teoria de funções: Funções transcendentais e Funções definidas por partes. Cálculo de derivadas e aplicações. Noções de antiderivação. Integrais definidas. O Teorema Fundamental do Cálculo. Cálculo de integrais e aplicações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- GUIDORIZZI, H. L. - **Um Curso de Cálculo – Vol.1**.5ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.
- LIMA, E. L. **Curso de análise. Vol. 1**. 10a edição. Rio de Janeiro: Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada, 2002.
- SIMMONS, G. F. **Cálculo com geometria analítica**. Vol. 1. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.
- STEWART, J. **Cálculo. Vol. 1**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AYRES, Frank. **Cálculo Diferencial e Integral**. São Paulo: McGraw Hill, 1981.
- ÁVILA, G. **Cálculo**. São Paulo: LTC, 1994.
- GUIDORIZZI, H.: **Um curso de Cálculo (4 volumes)**. São Paulo: LTC, 2001.
- HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo - Um Curso Moderno e Suas Aplicações**.10ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.
- VENTURA, L. L., OLIVEIRA, M. A. **Um Curso de Cálculo para Tecnólogos**. Brasília: Editora IFB, 2012.

MARRA, Fernando Cesar; ABRÃO, Mariângela. **Matemática Básica para Decisões Administrativas**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Diomara. **Cálculo Diferencial e Integral de Funções de Várias Variáveis**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Disciplina 2.6: DIREITO ADMINISTRATIVO – DA

Ementa: Fundamentos constitucionais. conceito, objeto e finalidade do Direito Administrativo. Princípios Jurídicos. Regime Jurídico Único. Administração Pública. Serviços Públicos. Poderes administrativos. Atos Administrativos. Processo e procedimento administrativo. Responsabilidade Civil do Estado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Atlas, 25ª edição (2012).

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Lei 8.666/93 Licitações e Contratos e outras Normas Pertinentes** - 10ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

VIEIRA, Felipe. **Lições de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe **Processo Administrativo Disciplinar**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 25ª edição São Paulo: Editora Atlas, 2012.

COUTO, Reinaldo. **Curso de Direito Administrativo: Segundo a Jurisprudência do**

STJ e do STF. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

FAZZIO JR, Waldo. Atos De **Improbidade Administrativa: Doutrina, Legislação e Jurisprudência**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Tomada de Contas Especial - 4ª edição**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública, tomo I**. – 11 ed.atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração pública, tomo II**. – 11 ed.atual. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 25ª edição. São Paulo: Malheiros, 2008.

ROSA, Marcio Fernando Elias. **Direito Administrativo - Parte 2 – Col. Sinopses Jurídicas 20** - 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSA, Marcio Fernando Elias. **Direito Administrativo - Parte 1 – Sinopses Jurídicas 19** - 12ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina 2.7: GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – GPES

Ementa: Evolução e tendências da gestão de pessoas. Políticas de gestão de pessoas. Gestão Estratégica de Pessoas. Liderança. Motivação. Gestão de conflitos. Cultura e Clima Organizacional. Gestão de equipe. Treinamento e desenvolvimento. Gestão de desempenho. Qualidade de Vida no Trabalho. Admissão e Demissão no Setor Público. Novas tendências da gestão de pessoas no setor público. Gestão por Competências: especificidades e desafios no setor público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de Pessoas em Organizações Públicas**.

EDUCS, 2010.

ROBBINS, Stephen P, JUDGE, Timotht e SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Pearson Prentice, 2010

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de Pessoas**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LEME. Rogério. **Gestao por Competências no Setor Público**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Luis; GARCIA Adriana. **Gestão de Pessoas: estratégias e integrações organizacionais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott. **Administração de Recursos Humanos**. 14ed. São Paulo: Cengage, 2009.

CARBONE, Pedro Paulo et al. **Gestão por competências e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CASTRO, Alfredo et al. **Manual de Gestão de Pessoas e equipes: estratégias e tendências**. São Paulo: Gente, v.I, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUTRA, J.S. **COMPETÊNCIAS: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna**. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2008.

WEIL, Pierre. **Relações humanas na família e no trabalho**. 55ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MENESES, P.; ZERBINI, T.; ABBAD, G. **Manual de treinamento Organizacional**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Disciplina 2.8: GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO – GPRO

Ementa: Fundamentos em Gerência de Projetos. O Planejamento e a gestão de projetos: processos de gerenciamento de de integração, escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicações, riscos e aquisições. Aplicativos para gestão de projetos. Escritórios de Gerenciamento de Projetos na Administração Pública: Experiências bem-sucedidas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARAL, Roberto; DINSMORE, Paul; SIQUEIRA, Carlos Aquiles. **Gerência por projetos na administração pública**. Rio de Janeiro: Cebela; Dinsmore Associates, 1998.

CLEMENTS, James. **Gestão de Projetos**. Thomson Heinle, 2007.

MAXIMIANO, Antônio Cesar. **Administração de Projetos: Como transformar idéias em resultados**. 4^oed. São Paulo: Atlas, 2010.

PMI. **Guia PMBOK® - Um Guia do Conjunto de Conhecimentos em Gerenciamento de Projetos**. 3^aed. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERKUN, Scott. **A arte do Gerenciamento de Projetos**. 3ª. edição. São Paulo. Artmed, 2008.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de gestão de projetos**. Brasília: TCU, 2006.

Disponível em: <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058942.PDF>

CAVALIERI, Adriane; DINSMORE, Paul Campbell (Org). **Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos: livro-base de preparação para certificação PMP - Project Management Professional**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

CARNEIRO, Margareth Fabiola S.; CAVALIERI, Adriane; DINSMORE, Paul Campbell; PINTO, Americo. **Projetos Brasileiros – Casos Reais de Gerenciamento**. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

KERZNER, Harold. **Gestão de Projetos – As melhores práticas**. São Paulo: Bookman, 2006.

VARGAS, Ricardo V. **Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

VARGAS, Ricardo V. **Manual Prático do Plano de Projeto**. Rio de Janeiro: Brasport, 2003.

XAVIER, Carlos Magno. S. **Gerenciamento de Projetos – Como definir e controlar o Escopo do Projeto**. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina 3.1: ESTATÍSTICA APLICADA – EA

EMENTA: Conceitos básicos. Organização, resumo e apresentação de dados

estatísticos. Distribuição de frequências e suas características. Introdução à probabilidade. Distribuições contínuas de probabilidade. Amostragem. Distribuições Amostrais. Estimação. Testes de significância. Correlação e regressão linear.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. LTC. 10a edição 2008. 722p.
- MANN, Prem S. **Introdução à Estatística**. LTC. 5a edição 2006, 774p.
- WITTE, John S.; WITTE, Robert S. **Estatística**. LTC. 7a edição 2005. 506p.
- BUSSAB, Wilton. **Estatística Básica**. Saraiva. 5a edição 2006.
- MOORE, David S. **A Estatística Básica e sua Prática**. LTC. 3a edição 2005.
- MILONE, Guiseppe. **Estatística Geral e Aplicada**. Thomson Pioneira. 498p. 1a edição 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- DANCEY, C.P.; REIDY, J. **Estatística sem Matemática para Psicologia Usando SPSS para Windows**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- OLIVEIRA, M. A. **Probabilidade e Estatística: um curso introdutório**. Brasília: Editora IFB, 2011.
- SILVA, E. M. de. **Estatística para os cursos de economia, administração e ciências contábeis**. São Paulo: Atlas, 1999.
- SHADISH, W.R.; COOK, T.D.; CAMPBELL, D.T. **Experimental and Quasi-Experimental Designs for Generalized Causal Inference**. Boston: Houghton Mifflin, 2002.
- SPIEGEL, M.R. **Estatística**. 2. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1995.
- TABACHNICK, B.G.; FIDELL, L. **Using Multivariate Statistics**. 5th ed. Boston: Pearson Higher Education, 2007.
- TOLEDO, G. L., OVALLE, I. I. **Estatística básica**. São Paulo: Atlas, 1996.

VIEIRA, S., HOFFMANN, R. **Elementos de estatística**. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina 3.2: ORÇAMENTO PÚBLICO - OP

Ementa: Conceitos básicos de orçamento e finanças públicas. Referencial histórico. Modernização do Orçamento Público. Elaboração da Proposta Orçamentária. Conteúdo e forma da Proposta Orçamentária. Arrecadação e dispêndios públicos. Receita e Despesa Pública Orçamentária. Estágios da Receita e Despesa Orçamentária. Créditos Adicionais. Dívida Ativa. Receita e Despesa Pública Extraorçamentária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 3ª edição, 2006.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GAMA JUNIOR, Fernando Lima. **Fundamentos de Orçamento Público e Direito Financeiro**. Campus, 2009.

JUND, Sérgio. **Direito Financeiro e Orçamentário**. São Paulo: Campus, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias; ROSA, Maria Berenice.

Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 9ed. São Paulo: Atlas, 2006.

VICCARI JUNIOR, Adauto. **Comentários à lei nº 4.320: normas gerais de direito financeiro, orçamentos e balanços da união, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, comentários ao substitutivo do projeto de lei nº 135/96.** 5ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina 3.2: FUNDAMENTOS DE MACROECONOMIA - FMA

Ementa: Macroeconomia: principais agregados macroeconômicos. Balanço de Pagamentos. Taxas de câmbio e Regimes cambiais. Sistema Financeiro Nacional. Introdução à teoria monetária, moeda, intermediários financeiros e política monetária. Processo inflacionário, inflação e subdesenvolvimento, distorções provocadas por altas taxas de inflação. Introdução à Economia Internacional. Economia Brasileira contemporânea: Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia.** 3ed. Norte Americana, Cengage Learning, 2004.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia.** 7ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2011.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia.** 19a. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos de economia.** São Paulo: Saraiva, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, D.R.D. **Notas de Aula de Introdução à Teoria Econômica**. Sorocaba: UFSCar, 2008.

CARDOSO, Eliana. **Mosaico da Economia - (in)confidências Sobre a Atualidade Brasileira**. São Paulo: Pearson, 2009.

LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. S. (Organizadores). **Manual de Macroeconomia: Básico e Intermediário**. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: fundamentos e aplicações**. 2ed. São Paulo: Pearson, 2009.

PINHO, Diva Benevides. **Manual de economia**. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. **A controversia do planejamento na economia brasileira**. 3ed. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 2010.

WONNACOTT, Paul; WONNACOTT, Ronald J. **Economia**. São Paulo: Makron Books, 1994.

Disciplina 3.4: DIREITO TRIBUTÁRIO – DT

Ementa: Conceito de tributo. Competência tributária. Princípios tributários: legalidade, anterioridade, irretroatividade, isonomia, não confisco e liberdade de tráfego. Imunidades. Espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuições sociais. Fato gerador. Obrigação tributária principal e acessória. Isenções e anistia. Responsabilidade Tributária. Extinção do Crédito tributário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

COELHO, Sacha Calmon. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

HARADA, Kyoshi. **Direito Tributário**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Malheiros, 2010.

DENARI, Zelmo. **Curso de Direito Tributário**. 9ª edição São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MACHADO, Hugo de Brito e MACHADO, Schubert de Farias. **Dicionário de Direito Tributário**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 21ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

Disciplina 3.5: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AP

Ementa: Introdução ao estudo da Administração Pública: conceitos iniciais, natureza, fundamentos e princípios. Estrutura Administrativa e Organização do Estado. Tipologias e modelos. Governança e Governabilidade. Relações de poder e legitimidade na administração pública. Reforma do Estado. O advento da Administração Pública Gerencial. O Programa GESPÚBLICA. Planejamento na Administração Pública

e o Ciclo da Gestão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil – História, Economia e Política de Getúlio Vargas à Lula**. São Paulo: Editora 34, 2003.
- COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- PETERS, B.G.; PIERRE, J. **Administração Pública – Coletânea**. São Paulo: Unesp, ENAP, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política (2 volumes)**. Brasília: Editora UnB, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18ed. Rio de Janeiro : Malheiros, 2011.
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão; RUA, Maria das Graças. **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15 1998.
- GOLDSMITH, Stephen; Eggers, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.
- KAPLAN, R. S; Norton, D. P. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- KON, A. (org.) **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- MINDLIN, B. **Planejamento no Brasil**. 5ed. 2reimp. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MARTINS, H.F; MARINI, C. **Um Guia de Governança para Resultados na Administração Pública**. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2010.
- NUNES, E. **A Gramática Política do Brasil – Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PEIXOTO, João Paulo M.; REGO, Antônio Carlos Pojo do (Coord.). **Governando o**

governo: modernização da administração pública no Brasil. São Paulo: Atlas, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Gonçalves. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7ª São Paulo: FGV Editora, 2008.

RESENDE, D.A.; CASTOR, B.V.J. **Planejamento Estratégico Municipal. Empreendimento participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: BRASPORT, 2005.

ROCHA, J.A. Oliveira. **Gestão pública e modernização administrativa**. Portugal: INA, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**. São Paulo: Cengage, 201

Disciplina 3.6: MATEMÁTICA FINANCEIRA – MF

EMENTA: Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

VERAS, Lilia Ladeira. *Matemática Financeira*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. *Matemática Financeira*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

HAZZAN, Samuel. PONPEU, José Nicolau. *Matemática Financeira*. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

KUHNEN, Osmar Leonardo. *Matemática Financeira Empresarial*. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MATHIAS, Washington F. GOMES, José M. Matemática Financeira. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCINI, Abelardo de Lima. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PUCINI, Abelardo de Lima; PUCINI, Adriana. Matemática Financeira Objetiva e Aplicada. 2ed.Edição Compacta. São Paulo: Saraiva, 2011.

SAMANEZ, Carlos Patrício. Matemática Financeira. 5ª ed. São Paulo: Pearson, 2010.

SHINODA, Carlos. Matemática Financeira para Usuários do Excel 5.0. São Paulo: Atlas, 1998.

Disciplina 3.7: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS OFICIAIS – LPTO

Ementa: Manual de Redação da Presidência da República; Nova Ortografia da Língua Portuguesa; Gramática da Língua Portuguesa; documentos oficiais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELTRÃO, Odacir. **Correspondência: Linguagem & Comunicação: oficial, comercial, bancária, particular.** 23ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.** 27ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINS, Dileta Silveira. **Português Instrumental.** 29ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANOTTO, Normelio. **Correspondência e Redação Técnica**. 2ª Ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior – 2ª ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

FAULSTICH, Enilde L. **Como ler, entender e redigir um texto**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BLOOM, Harold. **Como e por que ler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Disciplina 4.1: LIBRAS- LIB

Ementa: Conhecendo LIBRAS - Língua Brasileira de sinais: legislação específica. Gramática e vocabulário básicos de LIBRAS: conteúdos gerais e conteúdos específicos do contexto da Gestão Pública. A cultura surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DUARTE, Patrícia Moreira. **Atividades Ilustradas em Sinais de Libras**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

BRITO, Lucinda Ferreira. **A Língua Brasileira de Sinais**.

FERNANDES, Eulalia. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves; SARUTA, Flaviana Da Silveira; HONORA, Marcia.

Livro Ilus-trado de Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. **Aspectos lingüísticos da língua brasileira de sinais**. Curitiba: SE-ED/SUED/DEE, 1998.
- QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira: Estudos lingüísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos**. Tradução Alfredo Bar-cellos Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.
- SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

Disciplina 4.2: LICITAÇÕES E CONTRATO – LC

Ementa: Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle. O Sistema de Registro de Preços. Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. São Paulo, Atlas, 2011.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Contratação Direta sem Licitação**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos - Revisada, atualizada e ampliada.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de registro de preços e pregão.** Belo Horizonte: Fórum, 2003.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário Técnico Jurídico 2010.** São Paulo: Rideel, 2010.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

RIBEIRO, Maurício Portugal. **Concessões E PPPs: Melhores Práticas em Licitações e Contratos.** São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina 4.3: ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – EIPP

Ementa: Fundamentos em Políticas Públicas: conceitos iniciais, aspectos metodológicos e de classificação. O processo de *policy-making*. Instituições, atores e modelos de análise e racionalidades. Estratégias de implementação. A trajetória das Políticas Públicas no Brasil: desenvolvimento econômico, social, educação, ciência e tecnologia, meio ambiente, saúde e infra-estrutura. Redes de implementação e Novos Arranjos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BID. **A Política das Políticas Públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Brasília: UnB, 2009.

JACOBI, P.R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SARAIVA, E. FERRAREZI, E. **Políticas Públicas: Coletânea – Volume 01.** Brasília: ENAP, 2006.

SARAIVA, E. FERRAREZI, E. **Políticas Públicas: Coletânea – Volume 02.** Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, L. **POLÍTICAS PÚBLICAS: Conceitos, esquemas de análise e casos práticos.** São Paulo: Cengage, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política (2 volumes).** Brasília: Editora UnB, 2004.

BRESSER-PEREIRA. L.C. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política.** 5ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CAVALCANTI, B.S.; RUEDIGER, M.A.; SOBREIRA, R. **Desenvolvimento e construção nacional: Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Gestão Social: Como obter eficiência e impacto nas políticas públicas sociais?** Brasília: ENAP, 2007.

FLEURY, Sonia (org). **Democracia, Descentralização e Desenvolvimento : Brasil e Espanha.** Rio de Janeiro : FGV, 2006.

GOLDSMITH, S.; EGGERS, W.D. **Governar em rede: o novo formato do setor**

público. Brasília: ENAP, 2006.

PEIXOTO, J.P. (org.) **Governando o Governo. Modernização da Administração Pública no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2008.

PETERS, B.G.; PIERRE, J. (org); **Administração Pública: coletânea.** São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Disciplina 4.4: CONTABILIDADE PÚBLICA – CPB

Ementa: Aspectos conceituais: definição, características, objetos, campo de aplicação, regime e fundamentos legais, normas aplicáveis. Receita e despesa. Patrimônio público. Noções de plano de contas. Escrituração na administração pública. Demonstrações contábeis do setor público. Noções do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. Convergência com as normas internacionais aplicadas ao setor público.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Márcio. **Manual completo de contabilidade pública.** Editora Campus, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.**

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.**

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público.** Brasília: Editora Gestão Pública, 2009.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo.**

9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

TIMBÓ, Maria Zulene Farias; PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina 4.5: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO - DEB

Ementa: Teorias do Desenvolvimento. Crescimento e desenvolvimento econômico: processo do desenvolvimento do Brasil e das economias latino-americanas e suas políticas e planos de desenvolvimento. Indicadores sociais do desenvolvimento. Distribuição de renda e políticas sociais. Desenvolvimento e ideologia. Desenvolvimento e escolhas Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FEIJÓ, Rircado. **Desenvolvimento Econômico – Modelos, Evidências, Opções Políticas e o caso Brasileiro.** São Paulo: Atlas, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 5ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

HEIDEMANN, F.G.; SALM, J.F. (org). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases**

epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea.** 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIAMBIAGI, F.; PINHEIRO, A. C. **Além da Euforia:** Riscos e lacunas do modelo brasileiro de desenvolvimento. 1ed. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2012.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JR., Rudinei. (Org.) **Manual de economia – equipe de professores da USP.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI.** 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIMONSEN, Roberto C.; GUDIN, Eugênio. **A controversia do planejamento na economia brasileira.** 3ed. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 2010.

SOBREIRA, Rogério; RUEDIGER, Marco Aurélio. **Desenvolvimento e construção Nacional: Política Econômica.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Disciplina 4.6: OPTATIVA I (ver quadro das optativas.)

Disciplina 4.7: GESTÃO PATRIMONIAL E LOGÍSTICA

Ementa: Patrimônio público. Gestão de materiais na administração pública. Gestão sustentável de materiais no setor público. Logística integrada. Gestão da Cadeia de Suprimento. Legislações pertinentes ao tema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

CHING, Hong Yuh. **Gestão de Estoques na Cadeia de Logística Integrada.** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

DIAS, Marco Aurélio. **Administração de Materiais: uma abordagem logística.** São Paulo: Editora Atlas, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARNOLD, J.R. Tony. **Administração de Materiais: uma introdução.** São Paulo: Editora Atlas, 1999

LEITE, Paulo Roberto. **Logística Reversa – Meio Ambiente e competitividade.** São Paulo: Pearson, 2009.

MARTINS, P. G.; Alt, P. R. C. **Administração de Materiais e Recursos patrimoniais.** São Paulo: Editora Saraiva, 2002.

PIRES, Silvio R. I. **Gestão da Cadeia de Suprimentos (SCM).** São Paulo: Editora Atlas, 2010.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J. **Logística Empresarial – O processo de Integração da Cadeia de Suprimento.** São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina 5.1: AUDITORIA PÚBLICA I – AUD 1

Ementa: Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Conceitos de Auditoria Governamental. Formas e tipos de auditoria. Planejamento da auditoria. Avaliação e risco. Objetivos, técnicas e procedimentos de auditoria. Programas de auditoria. Papéis de trabalho. Testes de auditoria. Eventos subsequentes. Certificado, relatório e parecer. Normas brasileiras para o exercício da auditoria. Responsabilidade Fiscal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CRUZ, Flávio da. **Auditoria governamental.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Fundamentos de auditoria governamental e empresarial.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas.** São Paulo: Atlas, 2010.
- PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental.** São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TIMBÓ, Maria Zulene Farias; PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo.** 9^a ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática.** 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BATISTA, Daniel Gerhard. **Manual de controle e auditoria com ênfase na gestão de recursos públicos.** São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina 5.2: ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO - ECOSP

Ementa: Racionalidade econômica para existência do Governo. A Teoria do Bem Estar e os *trade-offs* entre eficiência, equidade, externalidades e escolha pública. A intervenção do governo na Economia. Gastos Públicos. Tributação. Política fiscal. Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. O marco regulatório brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras: crítica aos anteprojetos de lei.** Porto Alegre: ABAR, 2004.

BRUM, A. J. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das Agências Reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.

MOLL, Luiza Helena. **Agências de regulação do mercado**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Gesner. **Concorrência: panorama no Brasil e no mundo**. São Paulo: Saraiva, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMANN, Renato et al (Orgs.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996. FONSECA, M.A.R. **Planejamento e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.

CAL, Arianne Brito Rodrigues. **As agências reguladoras no direito administrativo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

GENEREUX, J. **Introdução à Política Econômica**. São Paulo: Loyola, 2005.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SALGADO, Lucia H. **A economia política da ação antitruste**. São Paulo: Singular, 1997.

Disciplina 5.3: AVALIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – ASP

Ementa: Avaliação no Setor Público. Construção de indicadores, medidas de avaliação e indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Teoria, Métodos, Técnicas e Tipos de Avaliação. Métodos Quantitativos e Qualitativos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIRD. **Monitorização e Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens.**

Washington: Banco Mundial, 2004.

http://siteresources.worldbank.org/EXTEVACAPDEV/Resources/4585672-1251481378590/me_portuguese.pdf

BRASIL. **Indicadores de Programas: Guia Metodológico. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MPOG, 2010.

http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf

GUIMARAES, T.B.; PORDEUS, I.A.; CAMPOS, E.S.A. (org.) **Estado para Resultados: Avanços no monitoramento e avaliação da gestão público em Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ISAYAMA, H.F.; LINHALES, M.A. **Avaliação de políticas e políticas de avaliação - questões para o esporte e o lazer.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARZELAY, M.; **The New Public Management: Improving Research and Policy Dialogue (Wildavsky Forum Series).** Berkeley: University of California Press; Los Angeles: UCLA Press, 2001.

- CHELIMSKY, E.; SHADISH, W. R. **Evaluation for the 21st Century: a Handbook**. California: Sage, 1997.
- CHEN, H.T. **Practical Program Evaluation: assessing and improving planning, implementation and effectiveness**. California: Sage, 2004.
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 10ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- GERTLER, P.J.; MARTINEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L.B.; VERMEERSCH, C. M.J. **La evaluación de impacto en la práctica**. Washington: World Bank, 2011.
- MARTINS, H.F.; MARINI, C. **Governança em Ação – Volume 1**. Brasília: PUBLIX Conhecimento, 2009. http://www.institutopublic.com.br/novo-site-din/publix/arquivos/Livro_Instituto_Public_-_Governanca_em_Acao_Vol_1.pdf
- PETERS, B.G.; PIERRE, J. (org); **Administração Pública: coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1995.
- ROSSI, Peter H; FREEMAN, Howard E; LIPSEY, Mark W. **Evaluation: a systematic approach**. 7th ed. London: Sage, 2003.
- WHOLEY, J.S; HATRY, H.P. NEWCOMER, K.E. **Handbook of Practical Program Evaluation**. 3rd.ed. San Francisco: Jossey-Bass WILEY, 2010.

Formatado: Inglês (Estados Unidos)

Disciplina 5.4: CUSTOS NO SETOR PÚBLICO – CSP

Ementa: Conceito e terminologias de custos. Filosofias de custeio. Setorização nas

organizações para avaliação de custos. Etapas da implantação do sistema de custos. NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público. Custos na legislação vigente. Custos aplicados ao setor público. Qualidade do Gasto Público. Custos e desempenho na Administração Pública Federal: proposta de sistema integrado de custos da STN. Apuração de resultados: metodologias de avaliação; valor econômico dos serviços públicos; avaliação custo-benefício de serviços públicos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HOLANDA, Victor Branco; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; GUIMARÃES, Fabrícia (Orgs.). **Sistema de informação de custos na administração pública federal : uma política de Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7725/CPDOC_SistemaDeInformacaoCusto.pdf?sequence=1

PEREZ-JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins. **CONTABILIDADE DE CUSTOS PARA NÃO CONTADORES: Textos e Casos Práticos com a Solução Proposta**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROSA, Maria Berenice. **CONTABILIDADE DO SETOR PÚBLICO: De Acordo com as Inovações das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público, Contém as Mudanças das Práticas Contábeis Vigentes, conforme MCASP Editado pela STN**. São Paulo: Atlas, 2011.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. S. Paulo, Atlas, 2005.

BRIMSON, J.A. & BERLINER, C. **Gerenciamento de Custos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1992.

GARRISON, Ray H., NOREEN, Eric W. **Contabilidade Gerencial**. LTC, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRIMSON, James. **CONTABILIDADE POR ATIVIDADES: Uma Metodologia de**

Custeio Baseado em Atividades. São Paulo: Atlas, 1996.

HOLANDA, Victor Branco. **Controladoria governamental no contexto do governo eletrônico: uma modelagem utilizando o enfoque sistêmico e a pesquisa-ação na Coordenadoria de Controle Interno da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado) — FEA/USP, São Paulo, 2002.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica.** 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACHADO, Nelson. **Sistema de informação de custo: diretrizes para integração ao orçamento público e à contabilidade governamental.** Brasília: Enap, 2005.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei Complementar no 101/2000: entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** Brasília: STN. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/EntendendoLRF.pdf>

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Moacir Marques. **Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina 5.5: GESTÃO SOCIAL – GSOC

Ementa: As organizações do Terceiro Setor. Formas de gestão da Economia Solidária: suas manifestação concretas, como os Arranjos Produtivos Locais. Proposta de gestão coletiva ligadas a movimentos sociais mais amplos. O Terceiro Setor e o Poder Público: relações e financiamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **Economia solidária como política pública.** São Paulo: Cortez, 2007.

CATANI, Antonio David. **A outra Economia.** Porto Alegre: Veraz, 2002.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina.** Rio de Janeiro, Civicus, 1994.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CASTEL, Robert. **Desigualdade e a questão social.** São Paulo: EDUC, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita.** São Paulo: UNESP, 1996.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e a questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

RICO, Elizabeth Melo; RAICHELIS, Raquel. **Gestão Social: uma questão em debate.** São Paulo: EDUC, 1999.

VIOLIN, Cabral Tarso. **Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica.** Belo Horizonte: Fórum, 2006.

Disciplina 5.6: MARKETING PÚBLICO – MKTP

Ementa: Fundamentos de marketing para a área pública. Ambientes de marketing público. Segmentação do mercado de serviços. Posicionamento e diferenciação em serviço público. Pesquisa de mercado. Comportamento de consumo. Composto de marketing público. Estratégia em marketing público. Planejamento e controle de marketing.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. São Paulo: Cobra, 2003.
- KOTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing no Setor Público: Um guia para um desempenho mais eficaz. São Paulo: Bookman, 2007.
- KOTLER, Philip. Administração de marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Pearson, 2005.
- MOORE, Mark H. Criando Valor Público: gestão estratégica no governo. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Coord.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007; Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.
- GRACIOSO, Francisco. Marketing Estratégico. São Paulo: Atlas, 6ª Ed., 2007.
- LAS CASAS, Alexandre. Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira – São Paulo. Atlas, 2006.
- MOWEN, John; MINOR, Michael. Comportamento do Consumidor. São Paulo: Prentice Hall, 2008.
- MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- TAVARES, Maurício. Comunicação Empresarial e Planos de Comunicação: Integrando Teoria e Prática. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ZENONE, Luiz Cláudio. Marketing social. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
-

Disciplina 5.7: OPTATIVA II (ver quadro de optativas.)

Disciplina 6.1: GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO SETOR PÚBLICO - GISP

Ementa: Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Gerenciamento de sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

STAIR, Ralph M. **Sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

BOAR, Bernard. **Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico**. 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002.

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistema de informações para tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 1999.

LAURINDO, Fernando. **Tecnologia da informação: eficácia das organizações**. São Paulo: Futura, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DISCINI, N. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1992.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

Disciplina 6.2: Auditoria Pública II – AUD 2

Ementa: Auditoria de estoques. Auditoria de Despesas. Auditoria de obras públicas. Auditoria em convênios e contratos de Repasse. Auditoria de Rendimentos. Auditoria de Sistemas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal**.

_____. Tribunal de Contas da União. **Manual de Licitação e Contratos**. Brasília: TCU, 2009. Disponível em:

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/Licita%C3%A7%C3%B5es_Contratos_4_ED_2010_internet.pdf

_____. Tribunal de Contas da União. **Manual de Obras Públicas**. Brasília: TCU, 2009. Disponível em:

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/Cartilha_Obras_Publicas_2a_Edicao_2009.pdf

_____. Tribunal de Contas da União. **Manual de Auditoria Operacional**. Brasília: TCU, 2010. Disponível em:

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/Manual%20ANOP_Web_1.pdf

_____. Tribunal de Contas da União. **Convênios e outros Repasses**. Brasília: TCU, 2009. Disponível em:

http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/biblioteca_tcu/biblioteca_digital/Conv%C3%AAnios_e_outros_repasses_3%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_Mio_l_o_internet.pdf

_____. Tribunal de Contas da União. **Manual de Auditoria de Sistemas**. Brasília: TCU, 1998. Disponível em:

<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/PORTN/20090206/PRT1998-455.doc>

CRUZ, Flávio da. **Auditoria governamental**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Fundamentos de auditoria governamental e empresarial**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Moacir Marques. **Curso de auditoria governamental: de acordo com as normas internacionais de auditoria pública aprovadas pela INTOSAI**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TIMBÓ, Maria Zulene Farias; PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BATISTA, Daniel Gerhard. **Manual de controle e auditoria com ênfase na gestão de recursos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2011.

Disciplina 6.3: FINANÇAS PÚBLICAS – FIP

Ementa: Teoria das Finanças Públicas e conceitos básicos. O papel do Estado nas economias capitalistas e as fronteiras entre o setor público e o setor privado. A participação do Estado na Economia Brasileira: evolução histórica das finanças públicas no Brasil. Receita Pública. Efeitos Redistributivos provocados pelo Endividamento Público Interno e Externo. Despesas Públicas. O problema do Déficit Público. A Lei de Responsabilidade Fiscal: principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil. A Crise da Previdência Social. O sistema federativo e o fenômeno da descentralização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas – A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009.

RESENDE, F. **Finanças Públicas**. 2 ed São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. **Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000**.

- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Ed. USP, 1999.
- FEIJÓ, Rircado. **Desenvolvimento Econômico – Modelos, Evidências, Opções Políticas e o caso Brasileiro**. São Paulo: Atlas, 2007.
- FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1989.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 5ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio S. **Economia – Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina 6.4: PLANEJAMENTO URBANO – PU

Ementa: Histórico do Planejamento Urbano e Regional. O contexto do Planejamento Urbano: desenho urbano e seus instrumentos. Fundamentação teórica e legal relacionada à produção das cidades: Plano Diretor e o Estatuto das Cidades. Análises do espaço da cidade: saneamento, mobilidade urbana, espaços verdes e usos do espaço público. Intervenção do Estado: Política Urbana e participação do cidadão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NB 1350 - **Normas para elaboração de plano diretor**. Rio de Janeiro, 1991.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopia e Realidades, Uma Antologia**. 5ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

MUSSI, Andrea; GOMES, Daniela; FARIAS, Vanderlei. **Estatuto da Cidade: Os desafios da Cidade Justa**. Editora Imed, 2012.

NETTO, Vinicius de Moraes; SABOYA, Renato. **A urgência do urbanismo: uma crítica aos instrumentos usuais de planejamento**. Arqtextos – Vitruvius, 2010.

PAVIANI, Aldo (Org.). Brasília – **Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania**. Brasília: **Coleção Brasília**, Ed Unb, 1999.

SILVA, José Afonso. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960.

ROLNIK, Raquel. **Planejamento Urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas – o futuro das cidades brasileiras na crise**. In: Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. São Paulo: Civilização Brasileira, 1994.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

6.5: QUALIDADE E INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – QISP

Ementa:

Evolução, histórico da qualidade. Conceitos básicos de qualidade. Abordagens da qualidade por Deming, Crosby, Juran e Ishikawa. Princípios da Qualidade. Ferramentas

da qualidade. Tendências mundiais: ISO, GQT e Excelência Organizacional. Os critérios de Excelência da FNQ. O processo de inovação no setor público. Criatividade, empreendedorismo e inovação na prestação de serviços públicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CIERCO, A.A.; ROCHA, A.V.; MOTA, E.B. **Gestão da Qualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

LIMA, Paulo Daniel B. A **Excelência em gestão pública: a trajetória e a estratégia do Gespública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

PALADINI, Edson Pacheco. **Gestão da qualidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão da Inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DE SORDI, J.O. **Gestão por Processos – Uma abordagem da Moderna Administração**. São Paulo: Saraiva, 2010.

FNQ – Fundação Nacional da Qualidade. **Críticos de Excelência**. São Paulo: FNQ, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio. **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M.G. (Org.). **Gestão Pública: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Uniletras; Brasília: ENAP, 2002.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças. **SISTEMAS, ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS: Uma**

Abordagem Gerencial. 20ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, C. A.G. **Usuários de serviços públicos**. São Paulo: Saraiva, 2008.

SÍLVIO, A. **Integração das Ferramentas da Qualidade ao PDCA e ao Programa Seis Sigma**. Nova Lima: INDG, 2006.

Disciplina 6.6: GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – GADS

Ementa: Meio Ambiente e Gestão Ambiental. Interdependência e Gestão ambiental regional e global. Desenvolvimento Sustentável: a natureza, o indivíduo, as sociedades e os negócios. Ética Ambiental. Políticas Públicas Ambientais. Gestão ambiental e economia solidária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, R.O.B.; TACHIWA, T.; De CARVALHO, A.B. **Gestão Ambiental: Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBIERI, J. C. **Gestão Empresarial Ambiental: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo. Editora Saraiva, 2007.

CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

GRIFFITH, J. J. **Gestão Ambiental: Uma Visão Sistêmica**. Viçosa, Depto de Engenharia Florestal, UFViçosa, 2005.

NASCIMENTO, L.F.; CUNHA LEMOS, A.D.; MELLO, M.C.A. **Gestão socioambiental estratégica**. Ed. Bookman, 2008.

ACADEMIA PEARSON. **Gestão Ambiental**. São Paulo: Pearson, 2011.

UNIETHOS. **Educação para a responsabilidade Social e o Desenvolvimento Sustentável. Temática Educacional para a Responsabilidade Social Empresarial e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: UniEthos, 2004.

Disciplina 6.7: OPTATIVA III (ver quadro das optativas.)

ANEXO II – Disciplinas Optativas

Disciplina: Sistema Político Brasileiro - SPB

Ementa: Conceitos Introdutórios. A Democracia Contemporânea. A Teoria dos Sistemas Partidários. Sistemas Partidários Brasileiros evolução histórica no Brasil. Sistemas

Partidários. Sistemas Eleitorais. Sistema Eleitoral Brasileiro e forças manipuladoras. Evolução do Sistema Eleitoral no Brasil. A Comunicação Política e as Sondagens de opinião. O desafio da Reforma Política.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (Coord.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007; Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano Mendes Ferreira (Org) **Reforma do estado e o contexto federativo brasileiro**. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 18ed. Rio de Janeiro: Malheiros, 2011.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patrimonialismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática**. Brasília: UnB, 2001

TORRES, Marcelo Douglas F. **Política Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VALLADÃO, Sergio Ferraz. **Curso de Direito Legislativo - Direito Parlamentar e Processo Legislativo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Disciplina : Inglês Instrumental - INGI

Ementa: Pronomes. Adjetivos. Verbos Auxiliares – ordem de palavras em tempos verbais. Verbos anômalos – voz passiva. Formação de Palavras: prefixos e sufixos. Expressões Idiomáticas. Vocabulário básico na área de Gestão Pública. Leitura de Textos Técnicos: desenvolvimento de estratégias de leitura , tipologias e habilidades de estudo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

OLIVEIRA, Sara Rejane de F. **Estratégias de leitura para inglês instrumental**. 2ed. Brasília: UnB, 1996.

MUNHOZ, Rosangela. **Inglês Instrumental Estrat.leitura - Volume II**. Textonovo, 2005.

MUNHOZ, Rosangela. **Inglês Instrumental Estrat. leitura - Volume I**. Textonovo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLLINS COBUILD. **Dictionary of Phrasal Verbs – Helping learners with real English**. London, 1997.

LONGMAN. **Dictionary of Contemporary English – The complete guide to written and spoken English**. London: Longman, 1995.

MURPHY, Raymond. **English Grammar In Use. Intermediate. Book with Answers Key and Cd-Rom Pack**. 4th. Cambridge University Press, 2012.

MURPHY, Raymond. **English Grammar In Use. Advanced. Book with Answers Key and Cd-Rom Pack**. 4th. Cambridge University Press, 2012.

Disciplina: Espanhol Instrumental – ESPI

Ementa: Estruturas Gramaticais básicas: regras gerais, ortografia, pronomes, adjetivos, verbos, falsos cognatos. Leitura e compreensão de textos de nível inicial, escritos em Língua Espanhola, para atender às necessidades de área de Gestão Pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CREUS, Susana Quinteros de. **Manual para correspondencia para La comunicación y el comercio en el Mercusur.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

HERMOSO, A. González et alii. **Gramática de español lengua extranjera.** Madrid: Edelsa, 1997.

HERMOSO, A. González. **Conjugar es fácil en español de España y América.** Madrid: Edelsa, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MILANI, Esther Maria. **Gramática de Espanhol para Brasileiros.** 4ed.

SEÑAS. **Diccionario Para a Enseñanza de la Lengua Espanhola para Brasileños.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GARCIA-TALAVERA, Miguel Díaz. **Diccionario Santillana para Estudiantes - Espanhol-português / Português-espanhol.** 2ed. 2008.

SOCIEDAD GENERAL ESPAÑOLA DE LIBRERÍA. **Diccionario básico de la lengua española.** Madrid: SGEL, 1995.

Disciplina: Comportamento Organizacional – CO

Ementa: Conceitos introdutórios em Comportamento Organizacional. Fundamentos do comportamento Individual. Valores Atitudes e satisfação no trabalho. Percepção e Tomada de decisões individual. Motivação. Fundamentos do comportamento no cargo. Compreendendo Grupos. Comunicação. Liderança. Poder. Conflito e Negociação. Cultura Organizacional. Mudança Organizacional. Pesquisa de Clima Organizacional. Estratégias de Intervenção em Comportamento Organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Comportamento Organizacional: conceitos e práticas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pearson, 2005.

SIQUEIRA, Mirlene Maria M. **Medidas do Comportamento Organizacional – Ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E; BASTOS, A.V.B. (Orgs.). **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEKING, Saul Faingaus. **Endomarketing – como praticá-lo com sucesso**. São Paulo: Pearson, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2010.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2008.

COOK, John D.; HEPWORTH, Sue J.; Wall, Toby D.; WARR, Peter B. **The Experience of Work – A compendium and Review of 249 measures and their use**. London: Academic Press, 1981.

DANCEY, C.P.; REIDY, J. **Estatística sem Matemática para Psicologia Usando SPSS para Windows**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAIR JR, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. **Análise Multivariada de Dados**. 6ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

KOUZES, James M.; POSNER, Barry. **O novo desafio da liderança: a fonte mais confiável para que deseja aperfeiçoar sua capacidade de liderança**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende**. 26 ed. São Paulo: Best Seller, 2010.

ULRICH, David. **Human Resource Champions: the next agenda for adding value and delivering results**. Massachusetts: HAVARD BUSINESS SCHOOL PRESS, 1997.

PASQUALI, L. ET AL. **Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Disciplina: Organização de Eventos – OE

Ementa: Conceitos e tipos de eventos. O planejamento enquanto instrumento de trabalho. Normas metodológicas para aplicação no planejamento de eventos. Principais ferramentas utilizadas no planejamento e organização de um evento. Diagnóstico estratégico. Orçamento e metas. Cronograma e controle operacional. Normas de cerimonial e protocolo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALLEN, Johnny et al. **Organização e Gestão de Eventos**. tradução de Marise Philbois Toledo. 6ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

BRASIL. Decreto Nº 70.274, de 9 de março de 1972. **Aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência.**

NAKANE, Andréa. **Técnicas de organização de Eventos**. Rio de Janeiro : IBPI Press, 2000.

ZANELLA, Luiz Carlos. **Manual de Organização de Eventos**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Marielza. **O Cerimonial nas empresas: facilidades para o dia-a-dia**. Brasília: 2002.

CESCA, Cleuza Gertrude Gimenes. **Organização de Eventos**. São Paulo: Summus, 1997.

LUKOWER, Ana. **Cerimonial e Protocolo**. São Paulo: Contexto, 2003.

MARTIN, Vanessa. **Manual Prático de Eventos**. São Paulo: Atlas, 2003.

MATIAS, M. **Organização de Eventos: procedimentos e técnicas**. 2ed. São Paulo: Manole, 2002.

MATARAZZO, Cláudia. **Negócios, negócios, etiqueta faz parte**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

MATARAZZO, Cláudia. **Visual, uma questão pessoal**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

Disciplina: Oficina de Produção de Textos – OPT

Ementa:

Produção textual: Escrita: função social da escrita. Texto e textualidade. Aspectos do processo da produção textual. Gêneros textuais diversos. Elementos básicos para a produção de textos: articulação morfosintática do texto. Coerência e coesão textual. Organização interna dos parágrafos. Ligação semântica entre os parágrafos. Correção gramatical. Variedade lexical.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARNEIRO, Agostinho Dias. **Redação em construção: a escritura do texto**. São Paulo: Moderna, 2003.

DISCINI, Norma. **A Comunicação nos textos**, São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. **Elementos de análise do discurso**, São Paulo: Contexto, 2011.

KÖCHE, Vanilda Salton. **Leitura e produção textual: gêneros textuais do argumentar e expor**, Petrópolis: Vozes, 2011.

MITRE, Daniela; COSCARELLI, Carla Viana. **Oficina de leitura e produção de textos**, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, Maria Margarida de. **Língua portuguesa: noções básicas para cursos**

COSTA, Sérgio Roberto. **Dicionário de gêneros textuais**, Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Anna Rachel & BEZERRA, Maria Auxiliadora.

Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

SERAFINI, Maria Teresa. **Como escrever textos**. São Paulo: Globo, 1997.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual Superiores**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. São Paulo: Cortez, 2003.